

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NILO PEÇANHA, A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM MULATO NA PRIMEIRA
REPÚBLICA 1889 - 1922

Poliane Jaiane Dias Rego Bezerra

Brasília

Maior/2022

Poliane Jaiane Dias Bezerra

NILO PEÇANHA, A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE UM MULATO NA PRIMEIRA
REPÚBLICA 1889 - 1922

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História. Orientadora: Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi.

Brasília
Maio/2022

Agradecimentos

Quando eu comecei a universidade, não imaginava que passaria por tantas incertezas pessoais, profissionais e até mesmo políticas. A universidade me ensinou a ser forte e a perseverar diante das dificuldades tanto acadêmicas quanto na vida privada. Foi nesses inúmeros momentos de dúvidas sobre o futuro, que minha família foi imprescindível. Entre exames, consultas e internações minha mãe demonstrou aquilo que ela vinha me ensinando desde sempre: força e determinação. Agradeço a Deus por ter me dado saúde mesmo com médicos desacreditando.

Às minhas irmãs que caminharam comigo e me mostraram que assim como elas eu também conseguiria. Em especial a Priscilla, que pacientemente revisou o texto inúmeras vezes e que como mais um exemplo de força, me inspira. Sendo a última das três filhas a formar, hoje eu digo a você mãe: Você conseguiu! Agradeço ao meu cunhado, Vitor, que entre uma cerveja e outra, em uma tarde no Rio de Janeiro, me levou ao Museu da República no Palácio do Catete onde eu tive meu primeiro contato com o tema desta pesquisa.

Agradeço a professora Albene, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com empatia, dedicação, amizade e paciência. Aos amigos, que sempre estiveram do meu lado. Ao Weriklis, grande amigo que permaneceu do meu lado ao longo de todos esses anos, brigamos, sentimos raiva, mas também sorrimos. Agradeço também a Erica e a Ludmila que nos momentos em que mais precisei de um abraço, elas estavam presentes para me dar colo. A amiga Isabela Seidel, presente da Universidade, por ter me ajudado nos momentos finais quando pensei em desistir.

Aos professores e colegas pessoas que convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica. E por último, mas não menos importante, ao team UnB de cheerleading, vocês com certeza deixaram mais leve o peso de estar na Universidade.

Sumário

INTRODUÇÃO	5
Capítulo 1 - Controvérsias raciais em torno do mulato Nilo Peçanha	10
Capítulo 2 - Nilo Procópio Peçanha, breves notas biográficas de sua trajetória política	22
Capítulo 3 - Da presidência, 1909-1910, às eleições presidenciais de 1922 – a altivez do mulato	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
FONTES	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
ANEXOS	53

INTRODUÇÃO

A figura de Nilo Procópio Peçanha diverge do lugar comum na história brasileira. Nascido em 1867, respirando ares escravocratas e imperial, o “menino da padaria”, mostrava seu interesse pela escrita desde pequeno. Com uma série de previsões sobre o seu futuro, todos que conviviam com ele pareciam ter ciência de seu futuro promissor. Foi em meio a um fervor republicano, abolicionista e liberal que Nilo foi inserido na política brasileira.

Na pesquisa realizada, a bibliografia que menciona a figura de Nilo Procópio Peçanha não é abundante e geralmente tem como ponto de partida sua origem social, é assim com Brígido Tinoco (1962), Hélio Silva (1983) e Celso Peçanha (1969), alguns de seus biógrafos. Nilo é sempre o “menino campista do morro do cocô” (PEÇANHA 1969). A proposta deste trabalho é olhar para Nilo a partir de sua raça e discutir sobre a ascensão de um político mestiço, sua ascensão ao cargo mais importante do país no poder Executivo em uma época na qual vigorava estudos sobre raça e entende-se o branco como superior.

Nilo foi descrito de diversas maneiras quanto a sua cor, por Celso Peçanha (1969) como “mulato, pela sua tez bastante morena, estranho à casta que até então empalmava os negócios do Estado”. Para Brígido Tinoco (1962) ele é “moreninho como o pai”. Como é possível visualizar no ANEXO A, nos jornais da época Nilo aparece como “ (...) rapaz moreno, de cabelos negros e anelados, olhar profundo e superior (...)”.

Em um país de recente abolição chama atenção sua crescente popularidade (PEÇANHA 1969). Além disso era um momento em que o mundo se utilizava de teorias raciais para justificar atrasos e conservar uma hierarquia social existente (SCHWARCZ, 1993) e que viam no mestiço a “personificação da degeneração”. No século XVIII e XIX com o advento da biologia e da antropologia como ciência, muitos viajantes europeus tinham o Brasil como um grande laboratório racial e falavam da negritude como um problema para o progresso do país (SCHWARCZ, 1993). Com o passar do tempo essas teorias foram se adaptando à realidade brasileira. Ilustrativamente, utilizo João Baptista Lacerda com seu texto elaborado para o Primeiro Congresso Universal das Raças (1911). Segundo Vanderlei de Souza e Ricardo Ventura Santos no evento “Primeiro Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contexto, temas e debates” (2012), Lacerda apresentou o texto intitulado *Sur le métis au Brésil* em inglês e publicou nos anais em francês na cidade de Londres em 1911 - *Sur le métis au Brésil* (LACERDA 1911). Neste documento, fica evidente a posição de Lacerda sobre os mestiços no Brasil, neste momento, visto como representante brasileiro no evento: “Os mestiços existem e são bons porque nos conduzirão ao branqueamento.” (1911)

A partir da análise do documento, temos indícios de facetas do contexto no qual a ascensão de Nilo foi possível e aceita. Em muitas esferas de influência intelectual e política, neste momento, tem acentuada aceitação a crença de que a mestiçagem brasileira é algo transitório e benéfico, já que não deixaria rastros, pois seria um meio pelo qual a população poderia vir a ser branca (NETO, 2015). É possível perceber então um ponto muito importante na questão racial brasileira: De problema, o cruzamento racial virava solução e, por conseguinte, a mestiçagem passa a ser vista com redentora, como assinala o mencionado autor.

Importa mencionar que a problemática em torno da raça como variável distintiva da organização do país, como registra Klemi (2016), é uma herança do período imperial, quando as elites brasileiras, depois da independência, deparam-se com a questão da formação da nação brasileira. Com a República, aflora de forma intensa a discussão de como modernizar o país. Nesse contexto, o debate “não partia exclusivamente da categoria raça”. Ilustrativamente, cita-se o positivista Alberto Torres que preconizava posicionamentos “em prol das nossas raças” e que o problema do Brasil seria uma questão de “Organização Nacional” (TORRES, 1982^a; TORRES, 1982b).

Neste trabalho, como sinalizado, foca-se o viés que privilegia a raça como fator primordial para o desenvolvimento e organização do país. A linhagem de discriminação e “ocultamento” da negritude, como mais do que largamente compreendido, perdura na longa duração. Figurativamente menciona-se um evento de 1991. Ao proferir seu discurso no Congresso Nacional, por ocasião de sua posse, Abdias do Nascimento, ao ser apresentado como o primeiro senador negro do Brasil, respondeu com um “Será?”. Para depois expor uma extensa lista de políticos do passado que, apesar da cor da pele, jamais assumiram a identidade negra, e lá está Nilo, incluído nesta lista. Para Abdias, é por “conveniência social” que não se assume a negritude desse personagem que veio a ser presidente da República.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como a racialidade de Nilo Peçanha foi tratada historicamente, a partir da bibliografia levantada no âmbito deste trabalho de TCC, sendo ele contemporâneo a discussões raciais. No projeto de país idealizado por vários pensadores daquela época, a exemplo de Batista Lacerda, é evidente que a construção de um país moderno era o que ditava as regras da sociedade, naquele momento, estava intimamente ligada às questões raciais que viam o negro como inferior. A proposta deste trabalho é identificar aspectos dos elos que conectam a figura do mulato Nilo Peçanha aos pressupostos das teorias raciais veiculadas naquela época.

Desse modo, pergunta-se: Como o Brasil do início do século XX, um país profundamente marcado pela questão racial, teve um presidente mestiço? Levanta-se aqui a hipótese que isso,

dentre outros fatores, - posto existirem outras variáveis, foi possível devido a crença de que o povo brasileiro era uma raça em formação e a condição de mulato inseria-se na etapa da mestiçagem, processo transitório que resultaria no branqueamento da “raça brasileira”.

A escolha do termo “mulato”, foi feita propositalmente para gerar certo desconforto e resgatar referências contemporâneas a Nilo Peçanha. E o que se pretende abordar neste trabalho é: Quais caminhos Nilo teve de percorrer para ser efetivamente aceito? A discussão racial tinha pressupostos relacionados somente com a cor da pele?

Este trabalho teve como finalidade básica a realização de um estudo historiográfico com o objetivo de compreender e analisar a trajetória de Nilo Procópio Peçanha pensando o contexto racial contemporâneo à sua trajetória política. Trabalho de natureza descritiva e abordagem qualitativa, utilizando dedução, chegou-se a hipótese de que a crença de que o ser mulato seria uma condição de presença passageira na sociedade, que esta condição colaboraria para uma fase da história quando o país seria branco, contribuiu para um ambiente de certa aceitação do mulato e, assim, foi possível Nilo Peçanha ser aceito na esfera política e chegar ao mais alto cargo do executivo.

Para obter e fomentar a discussão acerca da problematização apresentada neste trabalho, tomou-se como principal referência o texto de autoria de João Baptista Lacerda, de 1911, *Sur le métis au Brésil*, localizado na Biblioteca digital de Obras Raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Partiu-se, também, de uma revisão bibliográfica de textos de autores e historiadores que discutem sobre teorias raciais, a realidade brasileira no início da república e, como mencionado, o texto de Lacerda apresentado no I Congresso Universal de Raças. Para ter um escopo de informação mais aprofundado sobre a vida de Nilo Peçanha, utilizou-se de livros biográficos publicados. Além disso, complementou-se a investigação por outras informações, com a identificação de suas aparições em jornais.

Em *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930* (1993) Lilia Schwarcz apresenta como o argumento racial foi política e historicamente construído, assim como o conceito ‘raça’ que, além de sua definição biológica, acabou recebendo uma interpretação, sobretudo, social. Dialogando ainda sobre o tema teorias raciais a mesma autora em *Dicionário da escravidão e liberdade* (2018, 403) apresenta um histórico destas teorias no Brasil desde o descobrimento na perspectiva biológica. Estes dois textos dialogam quanto ao panorama nacional referente a discussões raciais pertinentes à época e auxilia no entendimento e contextualização da fonte escolhida.

Sur les métis au Brésil é um texto escrito por João Baptista Lacerda para fomentar a discussão no Primeiro Congresso Universal das Raças realizado em Londres, 1911. Ao meu

ver, texto crucial para a discussão em defesa do embranquecimento e a mudança para uma visão benéfica da mestiçagem no país. Lacerda, financiado pelo governo Hermes da Fonseca, que assumiu a presidência logo depois de Peçanha, vai ao congresso na missão de convencer cientificamente aos presentes que o Brasil tinha um grande futuro enquanto nação, podendo entrar no circuito científico e econômico mundial. E afirma que os mestiços existem e são bons porque nos conduzirão ao branqueamento (LACERDA, 1911). Saindo em defesa do mestiço, Lacerda destaca “[...] Comme si l’un des effets du métissage chez l’homme était précisément d’affiner l’intelligence”, seguidamente Lacerda destaca suas características físicas:

[...] ils ont les cheveux noirs ou châains, quelquefois tirant sur le roux, rarement ils sont lisses, mais au contraire presque toujours crépus. Leurs yeux sont bruns, châains, parfois verdâtres; leurs dents moins résistantes et moins régulières que celle de la race noire. Chez quelques-uns, le prognathisme alvéolare ainsi que la coloration foncée de la muqueuse gingivale sont parfaitement visibles [...] Ils sont en général dolichocéphales et platyrrhiniens, l’indice céphalique, et celui nasal variant pourtant sur une échelle très étendue. (LACERDA, 1911, p.15)

Além disto Lacerda discorre que “Comme hommes politiques, ils sont habiles”. Incitando a discussão referente a cor de Nilo, cabe ressaltar a diferenciação feita por Lacerda de Portugal e Inglaterra quanto a relação entre diferentes raças.

Tandis que le portugais ne craignait pas de se confondre, jusque pour la constitution d’une descende,avec le nègre, l’Anglo-Saxon plus jaloux de la pureté de son lignage. tint le nègre à distance, et s’en servit à peine comme d’un instrument de travail. Et c’est un fait curieux et remarquable qui ni l’action du Temps, ni d’autres facteurs, aient jamais pu faire changer cette attitude première des Américains du Nord, qui maintiennent jusqu’à l’heure actuelle la race noire séparée de la population blanche.

Para o fomento dessa discussão, o texto *O mulato um obstáculo epistemológico* de Eduardo de Oliveira e Oliveira (1974) traz reflexões sobre os mitos raciais no Brasil usando como ponto de partida a diferença entre Brasil e EUA. Segundo o autor, a presença de mulatos no Brasil impede uma separação sistemática de raças. Relacionando cor com relações e atitudes sociais. E afirma

Mesmo que se abram oportunidades na economia brasileira em expansão, o mais provavel é que os mulatos em ascensão e os negros educados sejam arrancados da massa. A “genialidade” individual, abrindo caminhos para possíveis líderes negros esvazia as possibilidades de ascensão grupal”.

Além disso, fazendo referência a André João Antonil (1967) o autor enfatiza que “O Brasil é o inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos”. Dando continuidade o autor fala sobre o mulato como válvula de escape, o que faz com que retornemos à fonte. Além disto, há a inclinação dos portugueses para a miscigenação dado o convívio secular como os mouros. Mulato racial, existe nos dois países, mas mulato social somente no Brasil.

Cabe ressaltar também Isabel Lustosa (1991) que, discorrendo sobre intelectuais de cor em evidência no início da República, afirma que os mesmos eram tidos como fenômenos isolados, quase como aberrações da natureza. O negro real manteve seu status desvalorizado.

Em uma contextualização global, em *As origens do totalitarismo* (1997). Hannah Arendt fomenta a discussão quanto à subordinação da política à administração. Uma vez os interesses privados tendo sido transformados em princípios políticos, o poder se reduz, com efeito, a uma dominação pela força, e a exportação de capitais só poderá conduzir à exportação da violência. Concretamente, os pilares da empresa foram o racismo e a burocracia. A autora fala sobre o século XIX como “criador das nações”.

Sobre Nilo Peçanha, identificou-se três livros importantes para traçar sua trajetória. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*, escrito por Celso Peçanha (1969), mostra Nilo como representante da classe média rural que migrava para a cidade e toda a sua trajetória política em busca da Revolução Democrática. Segundo o autor:

Da mesma forma, só a revolução burguesa, impulsionada pelo advento das classes médias e a proclamação da república, esclarece a ascensão de um homem simples, sem título de nobreza ou poder econômico, ao primeiro plano da política nacional (1969).

E continua quanto a cor da sua pele o autor ressalta “Nêle viam o mulato, pela sua tez bastante morena, estranho à casta que até então empalmava os negócios do Estado...”. O autor Brígido Tinoco em seu livro *A vida de Nilo Peçanha* também faz ressalvas quanto a aparência de Nilo “[...] nasce o menino Nilo, moreninho como o pai.” (1962). Estes dois livros se fazem importantíssimos para traçar os caminhos percorridos por Nilo para alcançar destaque político e o título presidencial.

Com o texto *Previsões sempre traiçoeiras: João Baptista Lacerda e seu Brasil Branco*, de Lilia Schwarcz (2011), pode-se analisar o contexto em que o trabalho de Lacerda foi escrito e apresentado. E a defesa do mais difícil: a mestiçagem brasileira como transitória e benéfica.

A autora evidencia que para Lacerda o brasileiro como uma raça em formação poderia ser controlado.

Ainda sobre o congresso, o texto *O congresso Universal de Raças, Londres 1911: Contexto temas e debates*, de Vanderlei Sebastião de Souza e Ricardo Ventura Santos, descreve o evento como um dos mais emblemáticos e significativos na história da antropologia e do debate internacional sobre raça, nação e relações inter-raciais no início do século XX, além, de intencionalidade e teorias que dominavam o congresso.

Na obra *Entre conceitos e contextos: João Baptista de Lacerda, as teorias raciais e o debate sobre a miscigenação no início da república*, Osvaldo Carneiro de Matos Neto (2015) faz uma reflexão em cima das interpretações sobre os problemas sociais, políticos e econômicos do fim da escravidão, a efetiva consolidação da República, a conceituação de raça e, a partir disto, discorre sobre o início da discussão de diferenças humanas mais sistemáticas no século XIX. A afirmação de que Lacerda era monogéista, pois se baseava na existência de somente uma espécie humana que se diferenciou devido a influência do meio, ajuda na compreensão da fonte.

Por último, o texto *Intelectuais da Primeira República: A raça como problema nacional da modernização do Brasil* (2016), Albene Klemi abre um panorama sobre a construção das mais variadas interpretações sobre raças no Brasil, evidenciando o paradoxo que transita entre a superioridade branca para a efetiva modernização do país e propostas de branqueamento ou a invenção da mestiçagem.

Quanto à estrutura do texto, além desta Introdução, a monografia repassa aspectos das controvérsias raciais em torno do mulato Nilo Peçanha no Capítulo I; apresenta uma sucinta biografia de Nilo Peçanha no Capítulo 2; e discorre sobre a trajetória política de Nilo Peçanha, a partir do momento que este assumiu a presidência da República, no Capítulo 3. Nas Considerações Finais, esboça um panorama dos caminhos difíceis percorridos por Nilo Peçanha e conclui que existe uma lacuna historiográfica sobre este personagem.

Capítulo 1 - Controvérsias raciais em torno do mulato Nilo Peçanha

A formação de Nilo Procópio Peçanha até sua chegada ao mais alto cargo do Executivo do país se desenvolve a partir de diversas conjunturas. A situação fica mais complexa e revela um importante questionamento ao considerarmos a questão racial, deixando essa história ainda mais multifacetada. As referências à origem social de Nilo Peçanha são inúmeras.

No livro de Celso Peçanha (1916-2016) tomado como uma das referências nesta monografia, *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira* (1969), o autor é descrito apenas como parente de Nilo. Porém, sabe-se que Celso era sobrinho do personagem de sua obra. Abordando a trajetória de seu ilustre familiar próximo, o referido autor na obra em foco faz um breve relato sobre a cor da pele de Nilo, mas não sobre seus antecedentes, o que outros autores recuperam, a exemplo de Silva (1983) e Tinoco (1962). Esse importante detalhe sugere a omissão por parte do autor da ascendência negra de Nilo.

A partir do comentário de Tinoco sobre os avós paternos de Nilo, começamos a ter pistas sobre sua racialidade (1962): “Julião da Silva Pessanha, um proprietário de terra português se casa com uma “rapariga da localidade”, Leonor de Sousa do Espírito Santo, “bem mais nova que ele e teve numerosa prole.” Ademais, o autor descreve Sebastião, pai de Nilo, dizendo “E não tinha nada de feio, o rapaz. Era moreno, alto, nariz afilado, ligeiro buço, andar desempenhado.” (1962, p.14). É importante considerar o que o autor Weimer (2013) chama de deslocamento semântico empreendido na palavra “moreno” ao longo do tempo.

As referências quanto à cor do futuro presidente continuam quando os autores falam sobre seu nascimento: “[...] moreninho como o pai” (TINOCO,1962), “a cor da sua pele e sua fisionomia que evidenciavam traços de nossos ancestrais negros” (LUSTOSA, 2008), “nêlê viam o mulato, pela sua tez bastante morena” (PEÇANHA, 1969).

Diferentemente de textos mais antigos que praticamente não mencionam a raça de Nilo, algumas redações mais recentes expressam posicionamentos sobre este assunto. Assim é que Vizeu (2019) comenta que nunca houve um chefe de Estado com uma origem e cor de pele tão parecida com a maior parte da população do país. E a autora Ciça Guedes (2019) atribui aos empasses vividos por Nilo e, sua esposa Anita, o racismo. Oliveira (1979) destaca que o fato de mestiço no Brasil não ser nem branco nem preto encoraja o processo de “branqueamento”¹ pela mistura racial. Oliveira pondera que, “[...] as conseqüências das relações sexuais entre os portugueses e as mulheres negras não se reduzem apenas à prole, mas a mudanças nas relações e atitudes sociais.”

O autor (1979) associa o surgimento “dessa pessoa intermediária” à falta de consolidação na república, da definição de *liberdade absoluta*. “Em tal esquema havia um lugar para o branco, o preto e o pardo; para o livre, o meio livre e o escravo. ”

¹ A defesa do branqueamento, ou do “embranquecimento”, tinha como ponto de partida o fato de que, dada a realidade do processo de miscigenação na história brasileira, os descendentes de negros passariam a ficar progressivamente mais brancos a cada nova prole gerada.(FERNANDES, 2020)

Abdias do Nascimento em seu mencionado discurso de estreia no Senado em 1991 comenta:

Certa vez, eu planejei escrever um livro sobre grandes personalidades negras que ajudaram a construir este país e procurei um descendente do presidente Nilo Peçanha. Resultado: fui repreendido por esse membro da família, que não admitia sequer a mestiçagem, considerando tal versão uma infâmia. (Fonte: Agência Senado <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senador-abdias-nascimento-uma-vida-dedicada-a-luta-contr-o-racismo> acesso: Dezembro, 2021).

A rejeição à negritude e a tentativa de fazer ligações entre imoralidade, culpa, escravidão e a cor negra é construída lentamente ao longo de toda a história. Com início na Idade Média, a partir da reinterpretação de um trecho do Velho Testamento. Andreas Hofbauer (2006) faz uma importante referência a “lenda de Noé”², considerada um marco importante quando se refere ao desenvolvimento de justificativas para a escravidão.

Ainda contextualizando o local do negro ao longo do tempo, o autor ressalva que entre os séculos XV e XVII, o negro assumia um papel distinto para a realeza europeia. Nobres faziam questão de manter servidores africanos simbolizando poder. No século XVII, começa o desenvolvimento de “receitas” que rejeitam a cor negra da tez, o que significa que para além de evitar-se pegar sol, desenvolvem-se métodos para embranquecer ainda mais a pele comenta o autor. Ainda segundo Hofbauer (2006), é a partir do século XX que os autores começam a ligar a cor da pele com as condições geográficas. E, enfatiza a reviravolta presente na premissa “de que o Sol não faz mais expressão a uns que a outros”. Essa posição fez com que pensadores buscassem adaptar, então, seus pensamentos anteriores.

O autor além de historicizar questões raciais, conceitua a Raça como:

A palavra raça surgiria como uma nova referência conceitual possível para pensar diferenças humanas. As alterações semânticas ocorridas no vocábulo ao longo dos séculos, contudo são expressão de disputas intelectuais e ideológicas pela interpretação mais adequada da realidade e acompanhavam as grandes transformações econômicas, políticas e sociais do mundo ocidental. (2006)

Em contrapartida, na contemporaneidade, Alves (2018) define Raça da seguinte forma:

² A maldição de Cam (na verdade colocada sobre Canaã, filho de Cam) ocorre no livro do Gênesis, imposta pelo patriarca Noé. Ela ocorre no contexto da embriaguez de Noé e é provocada por um ato vergonhoso perpetrado pelo filho de Noé, Cam, que “viu a nudez de seu pai”.

Raça é uma palavra que tem sido objeto de muita polêmica e debates - especialmente sobre sua existência ou não. Um aspecto ligado à ideia de raça, porém, é central: raça refere-se a biologia, ou seja, raça está relacionada ao corpo físico. (2018).

O autor faz uma diferenciação fundamental para o entendimento de sua tese e para sua linha de abordagem neste trabalho, a de que etnia se distingue de raça, principalmente, por seu caráter ideológico. Segundo o autor,

Raça está relacionada a origem, etnia está relacionada a identificação de um grupo. Raça está relacionada a miscigenação; etnia está relacionada a etnificação³ e mestiçagem. (2018)

Falando sobre a historicidade do conceito de raça, Hofbauer (2006) enfatiza que explicações baseadas no clima disputavam a narrativa com as que se fundamentam em teorias religioso-morais. No século XVII, com a consolidação da burguesia mercantil começava-se a buscar critérios físico-naturais para determinar as características de um indivíduo e com isso, consolidar Estados-modernos e mais tarde Estados-nacionais. É em 1684 em Paris, explica o autor que uma publicação - *Nouvelle division de la terre, par les differentes espèces ou races humane* - dá o pontapé inicial para a diferenciação de raças. O autor explana que o artigo descreve um grupo europeu e africanos, estes caracterizados como “homens de lábios grossos, nariz achatado e cabelos do tipo cães de estimação”, e justifica esses fenótipos ainda com base em fenômenos naturais. Mas é somente em 1735, com a publicação dos estudos do biólogo Carl Lineu que temos o início da era das classificações:

Lineu subdivide o grupo *homo* em quatro categorias, juntando-lhe ainda dois grupos misteriosos (pouco definido pelo autor), denominados *ferus* e *monstrous*: (1) *Europaeus albus*: engenhoso, inventivo; branco, sanguíneo. É governado por leis. (2) *Americanus rufus*: contente com sua sorte, amante da liberdade; moreno, irascível. É governado pelos costumes. (3) *Asiaticus luridus*: orgulhoso, avaro; amarelado, melancólico. É governado pela opinião. (4) *Afer niger*: astuto, preguiçoso, negligente, negro, fleumático. É governado pela vontade arbitrária de seus senhores. O quinto grupo chamado de *ferus* (*homo ferus*) é caracterizado apenas como quadrúpede, mudo, cabeludo; e o sexto (*monstrousus*) refere-se a supostos homens gigantes e anões. (HOFBAUER, 2006)

³ é o processo de formação de uma etnia, ou seja, de um grupo identitário que se distingue de outras etnias (ALVES, 2018)

Hofbauer (2006) destaca ainda que, para este cientista, a cor da pele é fundamental para a classificação. Ideias poligenistas⁴ vão surgir a partir de incertezas e questionamentos, comenta. E a partir daí que o autor fomenta a discussão sobre o aparecimento do termo *mulato*. “Teria surgido como uma derivação de ‘concepções poligenistas’ que defendiam origens essencialmente diferentes para europeus e africanos” (2006). Entretanto, o autor ressalta que

[...] a história do conceito é mais longa e mais complexa. A analogia com ‘mulo’ [...] que se sobreporia a significados semânticos mais antigos de mulato, não deixaria de influenciar a imagem que se criava de seres humanos considerados ‘híbridos’ (2006)

Seguindo essa linha o autor comenta sobre o médico inglês, Edward Long que defende a hipótese de que “os mulatos seriam estéreis como os mulos”, apesar de ainda segundo ele, o médico ir contra os dados de sua própria pesquisa.

Um dos grandes pensadores sobre a questão racial foi George Leclerc Buffon (1707-1788). De acordo com Hofbauer (2006), a diferença fundamental para Buffon é a que existe entre os seres humanos e o mundo animal. “Essa diferença se localiza na razão e na capacidade de subordinação ‘Hierárquica’” (2006). O autor revela que para Buffon a sociedade condiciona o ser humano: “O homem é forte, grande, ele comanda o universo somente porque sabe domesticar-se, subordinar-se e impor-se às leis”(TODOROV, 1989, apud HOFBAUER, 2006).

E explica que, para Buffon, existe uma origem comum e única para seres humanos e que, este, destaca três causas para o surgimento das variedades. Para Buffon, conforme mencionado por Hofbauer (2006), assim como para outros cientistas contemporâneos a ele, “branco é a cor mais constante na espécie humana”, e que existem outras cores devido, principalmente, a consequências climáticas, e costumes alimentares específicos. George Buffon argumenta que:

Ocorrem processos de adaptação e transformação (inclusive de cor de pele) quando um grupo migra para outra região. Mostra-se ciente de que tal mudança não ocorreria em uma única geração. Mas confirma ao mesmo tempo a existência de exemplos empíricos que se tornaram brancos”.

⁴ Poligenismo é uma teoria sobre as origens dos humanos que postula a existência de diferentes linhagens para as raças humanas. Alguns dos seus defensores derivam os seus postulados a partir de bases científicas e outros de bases pseudocientíficas ou religiosas. A teoria opõe-se à hipótese da origem única, ou monogenismo, hoje com forte aceitação face aos resultados genéticos obtidos da análise do genoma humano.

Ainda para Buffon há uma persistência da cor branca e, seriam necessários estudos minuciosos para determinar em quanto tempo todos se tornariam brancos, acrescentando que - “se os negros fossem transportados para uma província do Norte, seus descendentes seriam, na sua oitava, décima ou décima segunda geração, muito menos negros que seus ancestrais.” (BUFFON apud HOFBAUER 2006). Esta é uma ideia que se repete a partir deste momento: autores que tentam adivinhar em quanto tempo a população se embranqueceria.

No Brasil, por outro lado, estudos mais recentes afirmam que é possível partir do pressuposto de que “seja qual for [...], a definição dada à palavra raça está sempre associada à biologia” (ALVES, 2018). O autor pondera

Num ponto de vista racista, alguém da raça branca será sempre um branco, seja ele português ou francês, mesmo que ele seja separado de seus pais biológicos e criado por índios sem voltar a ver algum outro branco durante toda a sua vida ou aprender qualquer coisa da cultura de seus pais biológicos.

Muitos autores estudaram especificamente a miscigenação no Brasil, Sílvia Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, são alguns exemplos. A questão da miscigenação no Brasil aponta para um cruzamento biológico localizado nestes estudos. (SCHWARCZ, 1993). Ressalta que os pensamentos que permeavam o país no século XX, utilizando alguns desses autores e outros como base, eram os da certeza que a dificuldade de progresso que o país enfrentava era causada por genes fracos e inferiores dos negros. Ferreira constata:

O sistema escravista, enquanto estratégia social, econômica e política, foi uma experiência crucial para os negros, visto que os europeus, convencidos de sua superioridade, tinham um total desprezo pelo negro no mundo inteiro, apesar de todas as riquezas que deles. (2012)

Havia por todo o país a necessidade de manter a dominação dos negros. Por diversos motivos, isso fazia com que defensores do colonialismo recorressem a força bruta e a outros tipos de controle, como a de modificar e diminuir a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais (PEREIRA 2005 apud FERREIRA 2016). Lilia Schwarcz (1993) comenta sobre a importância existente nas teorias raciais para o controle e justificativas da sujeição do negro. Marieta de Moraes Ferreira observa que os pensadores brasileiros no processo de criação da identidade nacional pós Proclamação da República, e “na construção de ideias sobre a questão da mestiçagem no Brasil, foram buscar referências teóricas nos cientistas europeus e

americanos.” (FERREIRA, 2012). A autora comenta que muitas coisas negativas foram absorvidas da importação destes debates. Para ela esse é um dos motivos que faz com que se torne extremamente difícil construir um único conceito de mestiçagem no país.

Ainda falando sobre importantes autores que desenvolveram e discutiram sobre o tema da mestiçagem, destaco João Baptista Lacerda. Importante tanto para a construção do conceito de mestiçagem, quanto para este trabalho, já que o autor é contemporâneo a Nilo Peçanha.

Lilia Schwarcz (1993) afirma, assim como outros estudiosos, que as teorias raciais brasileiras além de tardias mudaram radicalmente em um século. Essas mudanças ocorreriam devido a doutrinas e ideias que eram importadas da Europa a partir de 1830. O propósito com isso é a conservação da hierarquia social, mesmo nos pós abolição e no pós-império. A elite brasileira encontrava-se com uma grande “contradição entre a aceitação das diferenças humanas inatas e o elogio ao cruzamento” (SCHWARCZ, 1993). A interpretação pessimista da mestiçagem, a qual atrapalhava todo o projeto nacional, era o que norteava. A saída encontrada então, explica a autora, foi a adaptação de modelos teóricos distintos, utilizando de formas incomuns teorias raciais na tentativa de torná-las um sucesso no país. Schwarcz fala sobre uma originalidade peculiar no pensamento racial brasileiro: os autores modernizaram o que combinava entre as teorias e esquecem o que difere. Em 1870, tem-se uma nova onda de teorias importadas que adentram o país ainda na tentativa de justificar diferenças internas.

Muitas das teorias aplicadas no Brasil já estavam em declínio na Europa, além disso fazia-se de tudo para as encaixar dentro dos parâmetros do país (SCHWARCZ, 1993). O Evolucionismo Social e o darwinismo eram algumas das teorias escolhidas para reafirmar a inferioridade dos mestiços e dos negros. Para Lilia é necessário entender a degeneração racial nesta área para depois supor uma futura evolução. O país vivenciava uma efervescência de teorias que tentavam achar o local do mestiço na definição de nação. No início da República começou-se a perceber “um espaço para o pensamento de que a evolução não levaria à degeneração”(SCHWARCZ, 1993). É neste momento que se percebe a mudança da elite intelectual brasileira quanto à mestiçagem. Muitos desses pensadores viam agora nos mestiços a única saída possível para a homogeneidade nacional. De acordo com Schwarcz as teorias foram tantas vezes readaptadas que os homens continuavam desiguais, mas agora tinham a possibilidade de evolução e perfectibilidade.

Toda essa agitação que permeia o país neste período é importante para imaginarmos o cenário em que Nilo Peçanha estava inserido, principalmente pelas evidências encontradas e discutidas sobre sua cor. Na tentativa de expor como era o imaginário racial enquanto Nilo Procópio Peçanha ocupava o Palácio do Catete, ressaltarei aqui, o trabalho de João Batista

Lacerda (1846 - 1915), antropólogo e médico, foi um importante expoente da "tese do branqueamento racial" entre os brasileiros (NETO, 2015). Teve seu trabalho publicado em 1911, dois anos antes, Nilo vestia a faixa presidencial. Lacerda foi designado pelo então presidente do país Hermes da Fonseca (1855 - 1923) a representar o país no I Congresso Universal das Raças ⁵ realizado em Londres em julho de 1911 (RUI, 2005). Osvaldo Carneiro de Matos Neto (2015) salienta que o público-alvo do Congresso era os mais famosos cientistas do mundo em questões raciais. Eram intelectuais mobilizados pelo determinismo biológico e racial que viam no Brasil a degeneração. O autor admite ainda que a missão dada à Lacerda por Hermes da Fonseca era a de convencer cientificamente a todos sobre o futuro da nação, além de impulsionar o país no circuito científico e econômico mundial.

A teoria do branqueamento é uma teoria empregada por cientistas brasileiros desde o final do século XIX, no entanto, Lacerda se destaca por ter resultados mais rápidos (SANTOS; SOUZA, 2012) afirmando que em menos de três gerações o Brasil seria branco. É importante considerar a viagem financiada pelo governo como tendo a finalidade de fazer do *branqueamento* uma possibilidade e divulgar uma imagem no exterior que projetasse um futuro branco e civilizado (NETO, 2015). Neto chama atenção para um importante paradoxo, que era o de aceitar a existência de diferenças humanas inatas ao mesmo tempo que elogia a miscigenação presente na referida obra de Lacerda.

Lacerda, aclamado em Londres e criticado no Brasil. Ressalta-se, ainda, os paradoxos, ou mesmo contradições, que podem ser identificados nos postulados dos pensadores brasileiros que recepcionavam as teorias raciais estrangeiras, como apontados por Osvaldo Carneiro de Matos Neto:

Para estes brasileiros, legitimar cientificamente o discurso de que o Brasil era um país amplamente miscigenado e que o número de brancos, era inferior ao de negros e mestiços, consistia em enquadrá-los nos piores exemplos de nação que eram postulados por intelectuais europeus [...]

Para Lacerda, a ciência que evidenciava os problemas raciais no país através da imparcialidade e da razão científica era a mesma que afirmava o possível branqueamento, levando em consideração que as populações de outras raças seriam submetidas a intenso isolamento. No caso do Brasil, criador e criatura não poderiam ser mais representativos,

⁵ realizado em Londres nos dias 26 a 29 de julho de 1911, promovido no contexto de expansão da política imperialista europeia e das discussões sobre a paz mundial. (Souza; Santos 2012)

comenta Schwarz (2011). Lilia Schwarz vai além, quando comenta que naquele momento o Brasil era conhecido como um 'laboratório racial', sobretudo pelos viajantes europeus e norte-americanos que por aqui estiveram em busca do espetáculo da natureza e dos homens.

O Brasil servia como um exemplo do cruzamento extremado de raças, algo que, no período, era visto como extremamente negativo pois representaria um exemplo de degeneração, obtida pelo efeito perverso da mistura de raças. Por outro lado, vale destacar a representatividade de João Baptista de Lacerda nessa reunião: membro correspondente de várias sociedades científicas da Europa e da América, professor honorário da Faculdade de Medicina da Universidade do Chile e, sobretudo, como vimos, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Lacerda havia feito, entre outras, várias pesquisas sobre os Botocudo, e o resultado, publicado em alguns números dos *Arquivos do Museu Nacional*, comprovava a inferioridade do grupo, que restaria na 'infância da humanidade'. Aí estava uma marca forte, atestada por um dos cientistas mais eminentes do país, que comprovava para o mundo que o Brasil abrigava grupos em início do processo de civilização, como identifica Schwarz (2011).

Logo no início da obra *Sur les métis au Brésil*, observa-se a famosa pintura de Modesto Brocos (1895), *A redenção de Cam* (Anexo B). De acordo com Schwarz (2011), a pintura trazia uma alusão ao episódio bíblico, quando Noé, ao dividir o território entre seus filhos, dividiu também a humanidade em sua sorte. Nesse caso, porém, o processo evolutivo, cientificamente confirmado, redimiria a máxima bíblica, que parecia renitente diante das certezas de época. A seleção darwinista levaria, inicialmente, a uma população mestiça, que passaria a branca no porvir, e este seria o destino certo do Brasil.

Ademais, como naquele contexto intelectual a raça branca não era considerada exclusivamente um conceito biológico, antes implicava pensar em um paralelo civilizacional, é evidente que a depuração significava, como metáfora e como realidade, que o Brasil era mesmo, um 'país que daria certo' com a seguinte afirmação: “Le Nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l’effet du croisement des races.” Esta exposição logo na primeira página norteará todo o texto.

Quanto ao conteúdo do texto propriamente dito, o autor inicia falando sobre a importância do debate sobre os mestiços no Brasil. Considerando que a população é majoritariamente mestiça e reafirma a importância social e política dessa parte da população. Lacerda é firme quanto a sua posição na discussão “je ne fais aucune difficulté d’admettre que l’homme blanc et le noir forment deux races, et non pas deux espèces” (LACERDA, 1911). E baseia essa afirmação na fecundidade existente entre as duas raças. Nas páginas seguintes, ele descreve o sistema escravista e sobre a condição do negro discorre: “les aventuriers qui exploitaient à cette

époque les terres fertiles du Brésil, les traitaient plus mal que des animaux domestiques, leur infligeant les épreuves les plus cruelles et les plus humiliantes” (LACERDA 1911). E constata: “immigration forcée d’esclaves [...] comportant des résultats moraux désastreux, qui ne disparaîtront totalement qu’avec la lente action du Temps”.

Prosseguindo, comenta então os benefícios advindos do fato de os mestiços trabalharem dentro da Casa Grande - “comme ils étaient plus actifs et plus intelligents noirs, ils pénétrèrent bientôt dans le foyers, et s’y dévouèrent aux services domestiques”. Lacerda justifica a ascensão do mestiço socialmente ao que ele chama de “selection intellectuelle”. O autor faz uma importante diferenciação quanto a criação de crianças negras e mulatas e faz uma breve comparação com a América do Norte e conclui “pour le malheur du Brésil, c’est l’inverse qui et lieu; le blanc se mela au noir avec si peu de discrétion qui’il y constitua une race de métis, dispersée aujourd’hui sur une grande étendue de pays”. Lacerda prossegue:

Une force obscure, inconnue, fait fleurir en eux une intelligence capable d’atteindre un developpement qui ne fut l’apanage d’aucun de leur parents. Il est commun, en effet, de voir naître d’un blanc, doué d’une mediocre intelligence, croisé avec une négresse des plus incultes, un rejeton jouissant de hautes qualités intellectuelles, comme si l’un effets du metissage chez l’homme était précisément d’affiner l’intelligence, sans elever toutefois le sentiment, ni les qualites morales et affectives, propes aux individus des deux races croisée.

Ainda sobre as qualidades que essa raça mista possuía, o autor comenta sobre o corpo das mulheres e também que “ils sont, d’habitude, courageux, pleins d’audace, intelligents, grands parleurs, et doués d’une très vive imagination. Au point de vue moral, cependant, on doit avouer que l’on ne peut se fier aveuglément à leur probité.” Em contraposto o autor afirma que os mestiços não são fortes como os negros e não são tão bons comerciantes como os brancos. Mas ressalta a inteligência literária, científica e principalmente política.

Sobre aparência física, ele descreve:

ils ont le cheveux noirs ou châains, quelquefois tirant sur le roux , rarement içs sont lisses, mais au contraire presque toujours crépus. Leurs yeux sont bruns, châains, parfois verdâtres; leur dents moins résistantes et moins régulières que celles de la race noire. Chez quelques-uns, le prognathisme alvéolaire ainsi que la coloration foncée de la muqueuse gingivale sont parfaitement visibles. Leus teint est entièrement varié, depuis le jaunâtre ou olivâtre foncé jusqu’au blanc mat. ils sont en général dolichocéphales et platyrrhiniens, l’indice céphalique, et celui nasal variant pourtant sur une échelle très étendue.

Em relação à questão política João Baptista (1911) afirma que os mestiços são habilidosos e insinuantes, admiravelmente sabendo aproveitar oportunidades favoráveis para conquistar cargos e comenta sobre a notória participação mestiça no progresso do país, exemplificando com a atuação dos mestiços na guerra do Paraguai. O autor retoma a comparação com os Estados Unidos quando afirma que no Brasil nunca existirá um preconceito tão enraizado. E vai além ao dizer que com a Proclamação da República esse preconceito perdeu ainda mais força. Justificando essa afirmação com protagonismos no âmbito político.

Começando a revelar sua tese principal, Lacerda escreve:

la sélection sexuelle se poursuivant, achève toutefois de subjuguier l'ativisme et purge les descendants des métis de tout le traits caractéristiques du noir. Grâce à ce procédé de réduction ethnique, il est logique de supposer que dans l'espace d'un nouveau siècle, les métis auront disparu du Bresil, fait qui coïncide avec l'extinction parallèle de la race noire entre nous.

O autor garante que a população seria diferente e que somado com a imigração europeia, o Brasil seria o país mais rico e civilizado da América. Lacerda usa como exemplo regiões que se originaram a partir da mistura de europeus e afirma que essa parte da população específica, vive próspera. Para João Batista Lacerda a proeminência do progresso brasileiro dentro do continente americano estava diretamente ligada ao predomínio de doutrinas como a Doutrina Monroe e a do Pan-americanismo. E finaliza que no Brasil há espaço suficiente para que todas as raças do mundo vivam reunidas e prósperas. Por fim, o autor elenca oito conclusões no documento:

I - L'observation et la comparaison des faits zoologiques, au sujet de la fonction de reproduction, conduisent à reconnaître que l'homme blanc et l'homme noir forment deux races et non pas deux espèces.

II - Le métis, produit de l'union sexuelle du blanc e du nègre , ne contitue pas une race véritable mais une type ethnique variable, transitoire, ayant tendance à retourner à l'une des deux races souches qui l'ont produit.

III - L'importation, sur une vaste échelle, de la race noire au Brésil, a exercé une influence néfaste sur le progrès de ce pays; elle a retardé pour longtemps son développement matériel, et rendu difficile l'emploi de ses immenses richesses naturelles. Le caractère de la population s'est ressenti des défauts et des vices de la race inférieure importée.

IV - Le métis est inférieur au noir comme résistance corporrelle et force physique, mais il rivalise souvent avec le blanc lui-même, comme intelligence et aptitudes techniques et artistiques.

V - Au Brésil, les métis ont aidé l'action des blancs pour le progrès du pays, et ils ont réussi à s'élever aux plus hautes positions dans l'administration et dans la politique.

VI - L'immigration croissante des peuples races blanche, la selection sexuelle, la disparition des préjugés de race, coopèrent à l'extinction à bref délai des métis au Brésil.

VII - Avant un siècle, probablement, la population du Brésil sera représentée, en majeure partie, par des individus de race blanche, latine et vers même temps, le noir et l'indien auront sans doute disparu de cette partie de l'Amérique.

VIII - Un avenir brillant est réservé au Brésil, il deviendra la station principale où la race latine viendra se retremper, se rajeunir dans l'Amérique du Sud, comme les États-Unis l'ont été dans l'Amérique du Nord pour la race Saxonne.

Interpretando este documento, Schwarz (2011) afirma que, nesta acepção de Lacerda, de problema, o cruzamento racial se convertia em solução. E apostava em uma espécie de mestiçagem redentora, que se alcançaria a partir de algumas políticas públicas relacionadas à imigração; de algumas certezas da ciência que apostava na seleção - branca - dos mais fortes, e com alguma fé. O fato é que a tese era tão propalada que levava a crer que em um século, e após três gerações, seríamos todos brancos. Lacerda havia chegado a essa conclusão a partir dos dados levantados por Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), o qual trabalhara, por sua vez, com estatísticas de 1872 e 1890. O então antropólogo observara que a população negra e indígena vinha decaindo, e que o embranquecimento da população era "fato cientificamente observado" (SOUZA, 2009).

Com o exposto neste capítulo, tem-se, mesmo que em breves linhas, aspectos para imaginarmos o plano de fundo da problemática envolvendo a questão racial no país à época de Nilo Peçanha – tanto ao que concerne às relações sociais, quanto ao prisma de algumas vertentes científicas. Nilo, como mulato, tinha um lugar de redenção racial, pelo menos nos postulados de uma vertente científica representada, por exemplo, por João Baptista Lacerda – com o tempo, seus descendentes seriam gradativamente embranquecidos. Todavia, na realidade, no processo histórico, sedimentava-se mais um capítulo do racismo estrutural – a negação da negritude, posto que o negro estaria fadado a desaparecer no 'caldeirão' da miscigenação - até a suprema meta do embranquecimento.

Capítulo 2 - Nilo Procópio Peçanha, breves notas biográficas de sua trajetória política

O jornal *Diário Carioca* em sua edição de 25 de junho de 1931, reporta de forma positiva a figura de Nilo Peçanha nos seguintes termos:

Formado em Direito, Nilo Peçanha, nunca foi um jurista nem sequer um causídico. Ele foi exclusivamente um homem político, um grande chefe de partido, um notável condutor de governos. Mas, não apenas o talento brilhava solitário entre suas qualidades matrizes. Havia mais a bondade infatigável, a piedade humana, a comovida simpatia com os sofrimentos alheios. Havia ainda, enfim, um patriotismo sensual, amor físico à terra, adesão cega às virtudes e defeitos nacionais, um panteísmo caboclo, apaixonado e terno. Não era fraco. Era, pelo contrário, de uma fortaleza invencível no cumprimento do dever. Transigia nas questões de pessoas, nos detalhes, na ordenação tática. Mas não havia forças divinas capazes de o fazerem transigir com uma injustiça, com uma violência, com uma desonestidade, com a mais ligeira falta contra os interesses do Brasil. Os seus defeitos eram próprios da argila humana; suas virtudes tinham a centelha divina. (*Diário Carioca* de 25 de junho de 1931 apud TINOCO 1962)

Nilo Procópio Peçanha foi o sétimo presidente da república do Brasil. Como vice-presidente assumiu o cargo em 14 de junho de 1909 para completar o quadriênio 1906-1910, após a morte do então presidente e seu companheiro de governo, Afonso Pena. Observa-se que a primeira Constituição da República, de 1891, estabelecia candidaturas individuais para presidente e vice e que uma mesma pessoa podia se candidatar para os dois cargos. Nas eleições presidenciais de primeiro de março de 1906, foram eleitos Afonso Augusto Moreira Pena, do Partido Republicano Mineiro, para presidente, e Nilo Procópio Peçanha, do Partido Republicano Fluminense, para vice-presidente, com 97,2% e 92,96 % dos votos, respectivamente.

Nilo nasceu em 2 de outubro de 1867, descendendo da linhagem do genovês Manuel Pessagno (Emanuele Passagno, Pessagno, Pezago, Pizagno – em italiano), marinheiro, que segundo Hélio Silva (1983), conquistou seu título de nobreza pela audácia. Recebeu de Portugal a localidade de Pedreira, com direito de transmissão a seus descendentes e a quantia anual de três mil libras (TINOCO, 1962). Recebe o título de Almirante do rei de Portugal e passa então a assinar como Manuel Pessanha, “aportuguesando o nome” (1962). Chegando ao fim do século XVIII a mansão dos Pessanhas já se encontra em ruínas o que explica a vida modesta dos pais e avós de Nilo. Seu avô Julião da Silva Pessanha “era um pequeno proprietário rural” (SILVA,

1983) em Campos dos Goytacazes, e com seu trabalho constante na “lavoura ampliou sua pequena fortuna” (TINOCO, 1962).

Julião se casa com uma “rapariga da localidade”, Leonor de Sousa do Espírito Santo, “bem mais nova que ele e teve numerosa prole” (TINOCO, 1962). Seu avô apesar de não saber escrever, era conhecido por discutir política, “parecia um desses homens-arquivo que retêm e propagam a história de sua terra e sua gente” (SILVA, 1983). Um de seus filhos, Sebastião casou-se com Joaquina, esta advinda de família que “[...] tinha ascendência na alta sociedade” (VIZEU, 2019), e que “[...] impunha-se pelo alto comportamento moral e pela ascendência ilustre, onde se distinguiam militares, políticos e juristas notáveis” (TINOCO, 1962). A mãe de Joaquina, D. Teresa, viúva de seu primeiro marido, casa-se com Candido de Oliveira e juntos mudam-se para a “Fazenda do Deserto”, próximo a Campos.

Joaquina Anália de Sá Freire, com quinze anos de idade, distinguia-se pela irradiante beleza. Esbelta rosto de anjo e grandes olhos castanho-claros. Sebastião descobrira o paraíso. E não tinha nada de feio o rapaz. Era moreno, alto, nariz afilado, ligeiro buço, andar despenhado. (TINOCO, 1962)

É com o casório que Sebastião muda a grafia de seu nome, “para realçar o início da nova vida” (TINOCO, 1962), substituindo então, o duplo “s” pelo “ç”. Após a cerimônia nupcial mudam-se para o sítio no Morro do Côco, propriedade de Sebastião. Entretanto, não demorou para que Joaquina engravidasse e mudasse novamente para a casa de sua mãe “[...] Quer tê-la a seu lado, no momento preciso, e dar-lhe a necessária assistência” e Sebastião, sem opor-se “[...] faz-lhe a vontade, sem qualquer protesto” (TINOCO, 1962).

No dia 02 de outubro de 1867, uma segunda-feira, na fazenda de sua avó, nasce Nilo Procópio Peçanha, “[...] moreninho como o pai” (TINOCO, 1962), “a cor da sua pele e sua fisionomia que evidenciavam traços de nossos ancestrais negros” (LUSTOSA, 2008), “nêles viam o mulato, pela sua tez bastante morena” (PEÇANHA, 1969). A felicidade que gira em torno do nascimento de Nilo fica nítida em uma carta que Sebastião escreve a família “[...] minha mulher, deo a luz um menino, com toda felicidade; é mais um sobrinho q. tens; nascôo no dia 2 de outubro” (TINOCO, 1962).

A infância de Nilo tem Campos dos Goytacazes como cenário, “quando Nilo nasceu, grandes transformações se operaram na estrutura da sociedade brasileira e afetava principalmente, a economia do Estado e da sua região” (PEÇANHA, 1969). Neste momento, o país via o começo do progresso da indústria e do comércio. Celso Peçanha afirma que “A baixada fluminense e, particularmente, Campos sofrem o impacto dessas transformações”

(1969). “Tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas” (NEVES, 2018).

Logo, Sebastião, seu pai, abriu uma padaria no centro da cidade e foi no balcão da padaria que chamava atenção o empenho de Nilo para com os livros. “Nilo estudava e ajudava os empregados na faina diária” (SILVA, 1983).

[...] estudou com afinco. Muita gente teve a oportunidade de vê-lo no balcão da padaria do pai, livro em punho, horas a fio. Nos momentos vagos, embora com os protestos do empregado da casa, subia ao lombo do burro para ajudar na distribuição de pães aos fregueses conhecidos. O balcão da padaria foi um símbolo. Ali, iniciou-se na leitura, porfioso [...] (TINOCO, 1962).

“A padaria tornou-se um ponto de reunião política”, e foi lá que Nilo começou a se interessar por ela. Aos doze anos, redige com bico de pena, a primeira e única edição de um jornal intitulado "República" (PEÇANHA, 1989). “Escravidão é martírio, império é velharia. Dentro de poucos anos ambos serão arrasados” escrevia Nilo em suas considerações finais.

No Jornal da Província em 15 de dezembro de 1879, encontra-se a seguinte nota:

República é o título de um jornalzinho escrito a pena pelo seu redator-chefe, o menino Nilo Pessanha, que desde já promete um esforçado campeão às fileiras da democracia brasileira. A todos agradecemos (TINOCO, 1962).

Com Nilo formando-se no primário, Sebastião vende a padaria e a família toda se transfere para uma “aprazível chácara, na Rua do Príncipe" (TINOCO, 1962), hoje com o nome de Nilo Peçanha. Os pais de Nilo ficaram neste mesmo local até o falecimento. Dando continuidade aos seus estudos, Nilo participa da primeira turma do recém fundado, Liceu de Campos e posteriormente transfere-se para o colégio Alberto Brandão, na Capital do Império (SILVA, 1983). Onde concluiu seu curso de Humanidades.

O interesse de Nilo pela política se destaca em sua curiosidade por folhetins desde jovem, escreve: “A República e a abolição são irmãs gêmeas. Precisamos, desde já, organizar, socialmente, o nosso povo. Fora a covardia, o temor e a moleza” (SILVA, 1983) e manda distribuir a pessoas próximas.

Os fazendeiros do município, pacatos e rotineiros, apavoravam-se com o os conceitos expedidos:

- Cuidado com o seu garôto, Sebastião. Está tomando os freios nos dentes!

- São cousas da juventude - Desculpava, jactansioso -
mas êle vai indo, vai indo... (TINOCO, 1962)

Nilo formou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde, de acordo com Peçanha (1969), “sentiu e assistiu a efervescência de ideias liberais e republicanas”. Faculdade esta que Lilia Schwarcz (1993) comenta que seria onde no país a discussão racial ganha mais força, importância e complexidade. A autora enfatiza a importância da Faculdade para pensar a construção de uma identidade nacional baseada em um ideário determinista e evolutivo.

É possível então perceber os primeiros indícios políticos dos caminhos percorridos por Nilo e a importância de sua passagem pela Escola de Recife. Lilia Schwarcz em seu livro, *O espetáculo das Raças* (1993), expõe que boa parte dos mestres de Recife já acreditavam que a mestiçagem era a única saída para a homogeneidade nacional, logo uma identidade, onde a cor de toda população ficaria bem definida. “Tudo passava pela raça e era a ela que deveria retornar se o que tentava explicar era o futuro da nação” (SCHWARCZ, 1993). É na faculdade que Nilo tem contato com pensamentos presentes nos centros de aristocracia intelectual no final do século XIX.

[...] era também a época da poesia social, dos anseios revolucionários engajada na luta pela abolição da escravatura e, mais tarde, a proclamação da república, como etapas de um mesmo processo de revolução democrático- burguesa. (PEÇANHA, 1969)

Nilo presenciou a segunda fase da Escola de Recife, chamada crítico-filosófica. “Lutava-se [...] pelo positivismo de Comte, pela dissidência de Littré, pelo evolucionismo de Spencer, pelo materialismo e pela ortodoxia cristã” (PEÇANHA, 1969). Essa importação de teorias raciais pensadas na Europa e para a Europa, de acordo com Lilia Schwarcz, fez com que esse ideário se adaptasse à realidade brasileira afastou-se de modelos teóricos puros para encontrar no mestiço a condição de vitória do branco no país (1993).

Celso Peçanha (1969) enfatiza que a construção da identidade política de Nilo se dá principalmente no contato com ideários da “revolução cultural” na Escola de Recife, combinados com “o espírito do adolescente campista do Morro do Coco”. Este é um dos trechos em que o autor tende a ressaltar as questões sociais na identidade de Nilo. No entanto, observo que essa construção identitária se dá em muitos momentos da biografia do futuro presidente. Se considerarmos a racialidade, o que o biógrafo Peçanha praticamente ignora, a narrativa sobre a vida de Nilo se complexifica em muitos pontos da sua trajetória. Um olhar atual para as

contradições familiares, para sua formação, e em diálogo com as teorias raciais da época, coloca questões sobre como se construiu a excepcionalidade de um mestiço nos altos postos de poder da época.

Retomando a trajetória de Nilo na Escola de Recife, suas cartas deixam evidente a saudade que ele sente de casa. Em 19 de novembro de 1887, escreve ao pai: "Continuo saudosos de ti, da mamãe e de todos. Alguém tem perguntado por mim? Como está o nosso ambiente? Formei no grupo republicano e venho dando trabalho aos conservadores" (TINOCO, 1962).

Com sua volta para casa, de acordo com Brígido Tinoco, um jornal de Campos noticiou: "Chegou ontem da corte o Sr. Dr. Nilo Peçanha, nosso talentoso conterrâneo que há pouco bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife, como noticiamos." (TINOCO, 1962).

Em Campos, Nilo abre seu escritório de advocacia, onde segundo Tinoco ninguém nunca o encontrava. "Foi assim a vida inteira. Nunca levou a sério a profissão, da qual pouco entendia" (1962). Em contrapartida Celso Peçanha escreveu:

Ao regressar a Campos, com o diploma de bacharel em Direito, dedicou-se à advocacia, havendo nos cartórios 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Ofícios da Comarca de Campos processos em que atuou e após a sua assinatura. (PEÇANHA, 1969)

Celso Peçanha (1969) completa afirmando que a paixão de Nilo não era a política em si, mas sim a revolução que amadurecia e que o chamava desde a infância.

Nilo aproveita sua passagem por Campos para agitar a campanha republicana, fundando o *Clube Republicano Campista*, em conjunto a outros jovens. Ao lado com José do Patrocínio arrecada dinheiro para dar continuidade à luta (PEÇANHA, 1969). Segundo Tinoco, "a província fluminense, nessa altura, conta com 800 mil habitantes. Dentre eles, existem cerca de 200 mil escravos." (1962) O que acabaria se tornando um grande problema social depois da abolição.

Peçanha (1969) elogia a intelectualidade campista do final do século XIX e vai além ao afirmar que "no campo da política não só deu grandes estadistas nos dois reinados, como ainda agitou, com o maior entusiasmo as três ideias que mais têm feito vibrar o patriotismo: a Independência, a Abolição e a República".

Campos dos Goytacazes se destaca pelo grande crescimento do ideário liberal, com forte influência de pensamentos importados da França. A classe média via a necessidade de mudança (PEÇANHA, 1969). Nilo sabia que só importar os ideários da Revolução Francesa não era o

suficiente e naquele momento com seus colegas apoiadores, lança um manifesto em favor da criação do Partido Republicano.

Era preciso algo mais: progresso econômico e bem-estar social [...] avançava pelo terreno econômico, onde compreendia as necessidades da industrialização e da reforma agrária, e pelo campo social, vendo no Estado um instrumento para correção dos privilégios (PEÇANHA, 1969).

O país fervia, a política que antes girava em torno de dois partidos: O Liberal e o Conservador, começa então a modificar. Em 13 de maio de 1888, tentando salvar o trono, a escravidão é abolida pela princesa Isabel. “A abolição surgiu, de chôfre, dum incidente parlamentar”, “Escravocratas, até então, em sua maioria, fiéis ao império, deram todo seu aval a República” (TINOCO, 1962). A partir disso formam-se diversos *clubes Republicanos* pelo país e em junho do mesmo ano, junto a Francisco Portela, Nilo e outros fundam o Partido Republicano, em Campos dos Goytacases. Em uma sessão no dia 29 de junho, Nilo Peçanha é eleito presidente da diretoria provisória do partido. “Nas últimas eleições do Império, em agosto de 1889, Nilo concorre pelo sexto Distrito fluminense, mas não pode vencer o candidato conservador” (SILVA, 1983). Após as eleições os ânimos aumentam pela ânsia da República. Tinoco (1962) comenta que “à saída do Teatro Santana, Pedro II e a família imperial são desacatados com um brado de “Viva a República!”. São inúmeras as manifestações como esta, correspondendo ao que Peçanha (1969) chamou de “uma necessidade histórica do Brasil”.

Derrotado nas últimas eleições que se realizaram sob o regime do Império em agosto de 1889, Nilo Peçanha continuou a conspirar no movimento republicano, confabulando, frequentemente, com Aristides Lôbo, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Alberto Torres, Rangel Pestana e Lopes Trovão. Levado por Quintino Bocaiúva, iria também à casa do Marechal Deodoro, uma semana antes da Proclamação da República. Apesar de muito jovem, de contar com apenas 22 anos, Nilo começava a impor a força de sua popularidade. E, um ano depois, venceria as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. (PEÇANHA, 1969)

Sobre a visita à casa de Deodoro, Tinoco (1962), diz: "Uma semana antes do 15 de novembro de 1889, Nilo Peçanha foi levado à casa de Deodoro, pelas mãos de Quintino." Esses trechos revelam o quão aceito e participativo Nilo Peçanha aparentava ser naquele momento. A Proclamação da República, prevista por Nilo, foi então feita. “Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada” (LÔBO 1889 apud TINOCO, 1962). “Visto do plano ocorrido naquele 15 de novembro, sem dúvida a República brasileira parece feita de improviso”

(NEVES, 2018). Meses depois e descontente com o desenrolar do início da República, Deodoro revela: "Eu não queria a república; esta foi obra de Aristides, do Benjamin e do Quintino." (TINOCO, 1962) homens esses, grandes amigos de Nilo.

É com o advento republicano que Nilo, com apenas 23 anos de idade, inicia veemente sua trajetória na política. Elegeu-se deputado da Assembleia Nacional Constituinte. "Na elaboração da lei básica, Nilo vai apresentar papel saliente" (SILVA, 1984). A Constituinte teve atitudes paradoxais diante da desordem social, criando mecanismos de censura (TINOCO 1962). Celso Peçanha afirma a preocupação de Nilo quanto a estabilidade da república:

Percebia, àquele tempo, mais do que a maioria de seus contemporâneos, que a simples existência de uma Constituição republicana não poderia servir como panacéia para todos os males e que o formalismo jurídico longe estava de atender os reclamos nacionais. (1969)

Nilo Peçanha é sempre retratado demonstrando dedicação pela democracia. "O pleito futuro das garantias e liberdades, sem o que a República não será senão apostasia e mistificação" (JORNAL DO COMERCIO, 1891, apud TINOCO, 1962). Neste momento, fomenta um companheirismo particular com Quintino Bocaiúva e Francisco Glicério. Nilo Peçanha sucede a Bocaiúva na presidência do Estado do Rio de Janeiro.

Em uma tentativa de provar sua presença, discordando com do "[...] conservadorismo agrário e dos liberais paulistas" (CARVALHO, 2017) Nilo rompe com Prudente de Moraes, então presidente do país, e assume o campo da oposição. "Tens olho clínico, rapaz; exergaste a doença do homem antes de mim" (SILVA, 1984) dirá Glicério anos depois a Peçanha. Nesse começo de carreira política, Nilo sofre "intensa oposição [...] em especial das antigas oligarquias rurais decadentes do interior fluminense, que viam com repulsa a ascensão de uma nova classe média e dos seus porta-vozes juntos com o regime republicano" (CARVALHO, 2017).

Apesar de sua significada notoriedade, Hélio Silva (1984) destaca algumas contradições nos posicionamentos do deputado Nilo Peçanha, a qual Silva atribui à imaturidade política e falta de experiência parlamentar. No entanto, o autor o descreve como uma liderança carismática.

Trabalhou como pôde. Às vezes, absorvia-se em estudos sérios, preocupado com os destinos da Constituição republicana; outras vezes - e esse era pendor invencível -, perdia-se no emaranhado das combinações partidárias e no manejo das engrenagens políticas. Amava a luta, envolvia o

adversário, prostando-o ou atraindo-o com doçura às suas hostes. Era bom. Não alimentava rancores. Sua vida está cheia de anedotário saudável, que lhe denuncia a portentosa acuidade na arte de dirigir os semelhantes. Nesse setor, ninguém o conseguiu superar. Nem Glicério, nem Pinheiro Machado; muito menos Quintino e Rui, que não possuíam envergadura de *Condottiere*. (1984)

Nilo sempre atento aos perigos de seu tempo, se destaca inovando a forma de pensar políticas externas, com o “seu pronunciamento sôbre o tratado do Brasil com a Argentina, acêrca do Território das Missões” (TINOCO, 1962) por exemplo. Após a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 24 de fevereiro de 1891, “proceder-se-ia no dia imediato à eleição indireta do presidente da república” (ibidem). Com antipatia dos opositores que almejavam um presidente cívil, Glicério e Campos Sales procuraram uma fórmula de conciliação. Deodoro seria Presidente e Prudente de Moraes o Vice-Presidente da República (TINOCO, 1962). Outros políticos, entretanto, pensavam que Floriano, como companheiro de chapa, era uma garantia de sucesso. “O Brasil é república ou republiqueta?” (TINOCO, 1962) perguntava Nilo antes da eleição.

Depois dos votos apurados, Deodoro teve 129 votos contra 79 do opositor. Uma margem de diferença humilhante para quem proclamara a República, tendo em vista que o vice-presidente eleito, Floriano Peixoto, obtivera 153 votos contra 57 do concorrente, o almirante Eduardo Wandenkolk. (LUSTOSA, 1955)

“Após dois primeiros governos militares seguiu-se o período do café-com-leite [...] assim chamado porque, como cantava Noel Rosa, ‘São Paulo dá café, Minas dá leite e a Vila Isabel dá samba...’ (LUSTOSA, 1955). Depois da renúncia de Deodoro da Fonseca, Floriano assume o poder o que segundo Elio Flores (2018) apenas aumentaria a crise, iniciada por Deodoro com o golpe. Floriano Peixoto além de cometer atos inconstitucionais, “[...] passaria à história como o *Marechal de ferro*” (NEVES, 2018). Nilo permanece ao seu lado, “[...]continuou a ajudá-lo, compreendendo, naturalmente, o caráter progressista daquele govêrno e a necessidade da mão de ferro para conter os ânimos restauradores e assegurar as conquistas democráticas” (PEÇANHA, 1969).

Em 18 de junho de 1892, após a morte de sua mãe, D. Joaquina, que carinhosamente o chamava de “meu deputado” (TINOCO, 1962), Nilo dá um pequeno intervalo na vida política, em Campos. “[...] andou cêrca de dois meses, cabisbaixo, extraviado da política.” (TINOCO

1962) e escreve a seu amigo Bocaiúva: “Meu mestre, vamos indo sem novidades. Apenas a ebulição reinante me desanima.” Que o responde:

[...] lamento profundamente todos os desvios morais que comprometem as instituições republicanas, e que demonstram o atraso da nossa educação política [...] tenho, porém ainda a esperança de assistir ao começo da nossa regeneração social (SILVA, 1984).

Nilo anima-se novamente e volta para o Rio de Janeiro. No caminho de volta, na estação de trem, Nilo Procópio Peçanha conhece Ana de Castro Belisário de Sousa, apelidada carinhosamente de Anita descrita como filha, neta e bisneta de nobres (GUEDES; MELO, 2019).

Anita era leitora de jornais e acompanhava a vida política do país (GUEDES; MELO, 2019) e, logo, encantou-se por Nilo. Mais tarde notaram que não era a primeira vez que se viam:

Há dez anos - garota travessa - esborrachara uma goiaba podre contra o peito de Nilo. Ele costumava passear a cavalo pela chácara do moinho, na rua da Constituição, onde ela residia. Quedava-se à janela, quando Nilo lhe dirigiu pela terceira ou quarta vez o gracejo inocente, a chamando-a de ‘menina bonita’. Dessa feita, a resposta foi aquele gesto imprudente. (SILVA, 1984)

“Ambos guardaram em segredo a cena lastimável” comenta Tinoco (1962). É o pai de Anita, Dr João Belisário, admirador e eleitor de Nilo quem os apresenta. O Dr. João comenta com D. Raquel, sua esposa, sobre o olhar apaixonado que os dois tinham. No entanto, desde o início, D. Raquel demonstra reprovação, “- Era só o que me faltava... Deus me livre! Quero lá saber de gente assim.” (TINOCO, 1962). Nilo persistente nas investidas, mas recua quando Dr. João começa a tratá-lo com frieza.

Como pretendia um bugre, um alarvado qualquer quebrar a tradição de uma nobreza que viera da Europa no séquito de D João VI? Como ousava um simples berimbelo aspirar à mão de uma criatura portadora dos mais elevados brasões, neta e bisneta de nobres, que dormia em leito de ouro, no mesmo leito em que se acomodara D.Pedro II, quando hóspede em Campos? (ibidem)

D. Raquel foi direta quanto ao romance, “com sua benção não haveria a união do casal” (TINOCO, 1962). Essa pressão toda leva Nilo e Anita a romperem, o que o desencadeia a mais uma fase de desânimo, afirma Silva (1984). Os dois conseguem manter o relacionamento por

cartas, até que Anita “decide morar com seu tio e padrinho, Bernado Belisário [...] para fugir da pressão da mãe” (GUEDES; MELO, 2019).

Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Melo no livro *Todas as Mulheres dos Presidentes* (2019), vão além ao afirmarem que a distância de D. Raquel é um “detalhe ilustrativo do preconceito racial e social que sempre marcou a sociedade brasileira”. Nilo e Anita casam-se, ele, com 28 anos e, ela, com 22. A ausência de D. Raquel e as irmãs de Anita não provoca espanto, em nenhum momento se reaproximariam. Tiveram 4 filhos, e “viveram bem, apaixonados” (GUEDES; MELO, 2019). Anita manteve-se ao lado de seu marido e mesmo após a morte de Nilo “tornou-se uma grande defensora de sua memória” (GUEDES; MELO, 2019).

Nilo mantém-se firme na Câmara dos deputados, após a tentativa de assassinato de Prudente de Moraes e o efetivo assassinato do ministro da guerra, Machado Bittencourt. Todo o governo se rebela contra a oposição “obrigando-o a refugiar-se numa fazenda em Natividade de Carangola, em companhia de alguns companheiros de partido.” (PEÇANHA, 1969) Anistiado Nilo retoma seu lugar na Câmara “o que quer o gôverno é governar sem contrastes, o que se quer é extinguir a oposição.” Afirmaria em 30 de julho de 1898.

José Tolentino descreve Nilo Peçanha em 1930 como “o produto genuíno das condições do meio, o centro de convergência das paixões políticas de seu tempo, o melhor órgão expressivo dos ideais mais nobres de sua geração.” Celso Peçanha (1969) destaca:

Durante os anos que que passou na Câmara dos Deputados, desde a sua eleição para a Constituinte de 1891, Nilo Peçanha desenvolveu as suas concepções econômicas, sociais e políticas. Nas atividades legislativas, preparou-se para o exercício do Executivo.

De 1889 a 1930 o país se mantém em um processo político ambíguo e contraditório, como afirma a autora Maria Efigênia Resende.

A denominação de República Oligárquica, frequentemente atribuída aos primeiros 40 anos de República, denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política. Coronelismo, oligarquia e política dos governadores fazem parte do vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano[...].” (2018)

Nilo não se incomodava com o fato de ser tratado como oposição. Criticava sempre a “oligarquia repugnante e uma camarilha sem pudor, sugando os cofres públicos” (PEÇANHA

1969). É no governo de Campos Sales que a turbulência da primeira hora de República é finalmente acalmada, afirma Margarida de Souza Neves, em 2018. Apesar dos benefícios apresentados pela autora, Isabel Lustosa (1955) revela “tamanho foi a insatisfação popular que ele deixou o Palácio do Catete debaixo de vaias. ”

Para tanto, Campos Sales e, a partir dele, os presidentes que se sucederão até 1930 buscarão no federalismo, inscrito no ideário republicano brasileiro como princípio cardinal desde o Manifesto de 1870, a mola mestra que fará funcionar a república brasileira. (NEVES, 2018)

Quando ainda tinha 35 anos de idade, e, em 1903, quando o país enfrenta uma grave crise financeira no funcionalismo público, Nilo é eleito Senador. Embora tenha ocupado a tribuna apenas duas vezes, como afirma Tinoco (1962). Em meio à crise, Quintino Bocaiuva, seu amigo e, então, presidente do Estado do Rio de Janeiro, solicitava sua ajuda para conversas com o Ministro da Fazenda. A partir desse momento, passa a ser consultado em vários problemas do Estado, entre eles o “impôsto sôbre o charque” (TINOCO, 1962). Prossegue o autor,

faz parte [...] da comissão que examina o pedido do executivo para o estabelecimento do Banco Brasileiro de Mineração. Em novembro, analisa longamente o projeto de orçamento do Ministério da Justiça e o parecer sôbre as emendas, debatendo o problema com vários oradores. Experimentado na tribuna, desenvolve argumentos sôbre a organização da polícia, do ensino superior, o sistema penitenciário e a magistratura. (TINOCO 1962)

Segundo Tinoco, não havia dúvidas de que Nilo seria o sucessor de Quintino. Logo, poucos meses depois de ser eleito para o cargo de Senador, Nilo assume o cargo de Presidente do Estado do Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1903⁶ e apesar do esforço de seu amigo, Quintino, “Nilo Peçanha recebera não tanto um govêrno quanto um mandato para administrar a massa falida” (PEÇANHA 1969 p.47). Brigido Tinoco (1962) comenta sobre a publicações de versos em jornais da época assinados por Laurindo Baeta após Nilo vencer as eleições

É rapaz de grande tino
Aquêle Nilo Peçanha.
Em falso ninguém o apanha,
Não há outro tão ladino

É um político fino,
Um político de manha.

⁶ a Constituição de 1891 permitia a candidatura de uma mesma pessoa para mais de um cargo em uma mesa eleição; assumindo, naturalmente, apenas um dentre os quais fosse eleito o político

Inteligência tamanha
Tem, por certo, alto destino.

Vejam-lhe a nova façanha!
De um Salto, o Nilo se apanha
No Senado - tão menino!

E logo, doutro abocanha
(Até parece patranha!)
A sucessão do Quintino!..." (TINOCO, 1962, p 89.)

Brigido Tinoco (1962), descreve Nilo como “um tanto otimista e um tanto temeroso” e vai além ao revelar que “a população aguardava o novo condutor sem grandes esperanças”. Para Nilo, empréstimos não seriam a melhor solução “iniciando a economia pela própria casa” (PEÇANHA, 1969). Promoveu inúmeros cortes nos gastos públicos:

E as providências sucediam-se: promoveu rigorosa cobrança do que era devido ao Estado; tributou a lenha consumida pelas estradas de ferro, tentando salvaguardar, em parte, a devastação das florestas; taxou mercadorias de importação estrangeira, desde que similares da produção fluminense, restituindo sua importância à União. (TINOCO, 1962)

Ainda sobre o controle da crise, Celso Peçanha revela:

O rigor e o espírito de justiça aumentavam-lhe o prestígio e a autoridade. [...]rompendo com o liberalismo econômico, que contaminava as idéias de seus contemporâneos, êle atribuía ao Estado uma nova função: a de regular e incentivar as atividades produtoras.” (1969)

Nilo aumenta a receita e retira o Estado do Rio de Janeiro da crise econômica. “O desafogo é geral” comenta Hélio Silva (1983), e continua: "os aplausos repontam por toda parte. A nação brindava o aparecimento de um novo Estadista” (SILVA, 1983). O primeiro governo de Nilo Peçanha no Estado do Rio de Janeiro não se limitou a controle de crises. Fomenta a criação de escolas profissionalizantes, das quais se torna patrono no governo de Dilma Rousseff com a lei nº 12.417. Nilo queria que o brasileiro fosse “não um povo de letrados e burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores” (SILVA, 1983). Celso Peçanha associa as preocupações de Nilo à sua origem na pequena burguesia rural:

Seguramente, a solução está no protecionismo agrícola, que deverá acompanhar, senão preceder, o protecionismo fabril. A lavoura é tudo; é o eixo em torno do qual gira o mundo dos negócios, o centro da gravitação do sistema financeiro, a força que acionará a engrenagem econômica." (PEÇANHA, 1969)

Tinoco também comenta:

O que preocupava Nilo era a posição da plebe sofredora, a quem não podia auxiliar naquele transe de dissidência partidária. Começava a emergir o único estadista popular daqueles tempos. Ou melhor, modernizando a linguagem: despontava o único homem de Estado *populista* que o Brasil abrigou nas primeiras décadas republicanas. (1962)

Nilo penetrava a política do Estado do Rio de Janeiro de uma forma singular. “Quebrava Nilo Peçanha tôdas as regras da ortodoxia econômica e financeira até então vigentes.” (PEÇANHA, 1969) O autor comenta ainda sobre a audacidade de Peçanha quanto ao enfrentamento de oligarcas que ainda respiravam o Império, “objetivando a reforma agrária, à transformação dos grandes latifúndios em pequenas propriedades, diante do abandono em que se encontrava a lavoura” (ibidem).

Além disso, o presidente do Estado do Rio mantinha-se em destaque pela sua benevolência e pensamentos distintos do que era habitual à época. “Seus atos governamentais e a campanha da Reação Republicana, põem-nos diante dos olhos, ao vivo, o retrato do estadista, lutando desesperadamente nos limites acanhados do seu tempo” (TINOCO, 1962).

Nilo surpreendeu a todos com seu governo. “Num lance, conseguiu cinco objetivos: modificou o sistema fiscal, evitou a evasão de rendas, refreou dispêndios, amparou a produção e barateou o custo de vida” (1962). O único dos presidentes fluminense a ser declarado por Everardo Backheuser, importante jornalista do periódico *O Paiz* como “o maior Estadista fluminense da República”.

É notório que toda sociedade sentia a discrepância entre os governantes que o antecederam. Quintino Bocaiúva escreve para Nilo: “[...] todo aplauso que têm despertado as suas iniciativas patrióticas e o merecimento superior que todos lhe reconhecem são estímulo suficiente para um espírito elevado como o seu” (TINOCO, 1962). Sua habilidade em meio a confusa política regional, contribui para o seu reconhecimento (ibidem). Nilo sempre defendeu políticas protecionistas e isso se tornou evidente em seu mandato presidencial⁷ fluminense, comenta Silva (1983).

Em agosto de 1904, Nilo volta a defender estas políticas quando critica o ministro da Fazenda sobre a taxaço de mercadorias (PEÇANHA, 1969) escreve: “Não merece viver um povo que não produz nem para o seu sustento; é um fraco, o eterno juguete da incapacidade na mão dos fortes, o alvo constante das ambições imperialistas.” (PEÇANHA apud SILVA, 1983).

⁷ Os governantes dos estados federados podiam ser chamados de presidente ou governador do estado.

Nilo Peçanha demonstra ser um bom articulador e gerente de crises logo em seu primeiro mandato no poder Executivo. No primeiro aniversário de governo, Nilo reúne-se com amigos e políticos e quase como uma premunição ouve de Pinheiro Machado “Tu darias um grande vice-presidente” (SILVA, 1983). ” Os anos que Nilo passou na chefia do governo do Estado do Estado do Rio, serviram como ensaio geral do que faria nos 17 meses da Presidência da República” (PEÇANHA, 1969).

A partir daí inicia-se as discussões sobre quem disputaria as eleições para a Presidência. Tinoco comenta que após seu sucesso restaurando o crédito fluminense, vários grupos partidários começam “a girar, coesos, em tórno do seu nome. Nilo começa a observar mais de perto os rumos da política nacional” (1962). O autor evidencia a intencionalidade de Nilo quando diz que ele “já se impusera como homem de Estado. Queria impor-se, agora, como elemento influente nos concluios eleitorais do País” (1962). O país colecionava sucessivos presidentes paulistas e naquele momento Rodrigues Alves queria dar continuidade a hegemonia do estado no poder.

Os presidentes, a partir de Floriano, eram legalmente eleitos e empossados, cumprindo rigorosamente o período de quatro anos como mandava a lei, embora a série de paulistas e mineiros, alternando-se mais ou menos regularmente na chefia do Governo, se fôsse tornando monótona. Prudente gerou Campos Sales, que gerou Rodrigues Alves, que gerou Afonso Pena, e assim por diante.

Excetuam-se os casos de Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa que não eram nem paulista nem mineiros, mas que em determinado momento se tornaram necessários para restabelecer o equilíbrio das fôrças. Ambos, porém, governaram como membros honorários do Partido Republicano Paulista. (BASBAUM apud PEÇANHA, 1969)

Nilo Peçanha carregava o fardo de ser um dos três presidentes de estado assinantes do Convênio de Taubaté⁸, que para os cafeicultores representava a ‘salvação da lavoura’ (LUSTOSA, 1955). Neste momento, quando Peçanha estava com 38 anos de idade, ele foi sugerido para a candidatura de vice-presidência no pleito que elegeu, junto a Afonso Pena para a presidência da República, em 1º de março de 1906. Assim, “... O moço que imprimira ritmo nervoso às coisas da antiga provincia” (SILVA, 1983) é alçado à mais alta esfera do poder republicano. O convênio de Taubaté proibiu a exportação de café de baixo teor, criou a

⁸ Convênio entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para fim valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento do seu consumo e a criação da Caixa de Conversão, fixando o valor da moeda.(CORONE 1969)

sobretaxa de três francos por saca e autorizou um empréstimo de 15 milhões de esterlinos.” Até chegar a estas decisões ocorreram discussões exaltadas entre Minas, que dificultava as conversas, e São Paulo. No meio dos dois estados estava o Rio de Janeiro, “conciliador e compreensivo” descreve Tinoco (TINOCO, 1962). Rodrigues Alves então presidente do país era contrário ao Convênio, o que de acordo com Isabel Lustosa (1955) inviabilizou a candidatura de Bernardino Campos, seu favorito à sucessão.

Em 1905, ano que antecede a eleição presidencial, Nilo Peçanha já tinha sido lançado candidato à vice-presidência da República⁹. Afonso Pena, como já mencionado, candidato à presidência da República no pleito de 1906, desde a campanha eleitoral pregava uma economia intervencionista e protecionista, favorável à industrialização. A revista ilustrada O Malho, fundada em 1902, com seu caráter satírico expressa-se sobre a candidatura de Afonso Pena, patenteando o distanciamento dos interesses em torno da sua candidatura em relação à população mais desfavorecida.

Quanto ao futuro vice-presidente, Tinoco retrata sua rápida escalada e acolhida nas esferas políticas sinopticamente: “Persegue-o a predestinação. Com poucos meses de exercício no Senado, deixara-o pelo executivo estadual, e, agora, um ano e meio antes de concluir o mandato, transformavam-no em segundo mandatário do país.” (1962). Em 1º de março de 1906, em um sábado de carnaval, de acordo com Viscardi (2021), demonstrando o alto grau de improvisado das eleições na Primeira República, realizou-se a eleição. Foram eleitos Afonso Pena e Nilo Peçanha que assumem os mais altos cargos do poder executivo do país no dia 15 de novembro do mesmo ano. Pena foi o primeiro presidente mineiro a ocupar o palácio do Catete comenta Isabel Lustosa (1955). Seu governo é assim descrito por Peçanha:

O Brasil conheceu, no período de Afonso Pena, novo impulso de progresso, com o estabelecimento da proteção alfandegária, a entrada de imigrantes europeus e a expansão dos meios de transporte. Surgiam novas fábricas. Rasgavam-se novas estradas para os trens de ferro correr. (1969)

Seguindo com a política sanitária de Oswaldo Cruz, e a urbanista de Rodrigues Alves e Pereira Passos, o que marca o governo de Pena entre outros é a desocupação autoritária do morro da Favela (LUSTOSA, 1955). Afonso Pena foi o primeiro presidente a morrer no Palácio do Catete (VIZEU, 2019). Quanto ao agora Vice- presidente, sua saída do governo fluminense fora um tanto quanto conturbada e “abalou-lhe o prestígio no Estado do Rio” (SILVA, 1983) e

⁹ A Constituição de 1891 determinou a votação como meio para eleger-se o presidente da república, seu vice e os representantes no Parlamento. O voto censitário, isto é, aquele baseado na renda do eleitor, foi extinto, e instaurou-se o voto universal para homens a partir dos 21 anos.(GOMES 1995)

de acordo com Tinoco (1962): “Desentenderam-se os correligionários quanto à sucessão no Ingá¹⁰”.

Alfredo Backer, antigo secretário geral de Nilo Peçanha, é eleito presidente do estado do Rio de Janeiro, após o vice-presidente homologar o Decreto nº 960. Decreto este que reduzia o quadriênio de Nilo, para triênio (SILVA, 1983). Tinoco (1962) revela que “com uma ilegalidade, amainou o temporal”, já que mesmo após o esforço de Nilo, Backer não lhe permanece fiel. “Gôverno, sentiu-se auto-suficiente no Estado. E aliou-se a Afonso Pena para a destruição do Vice-presidente da República” (ibidem). Esse episódio fez com que Nilo cogitasse a renúncia do cargo de vice-presidente do país, comenta Silva (1983). É evidente que apesar de a princípio, o então presidente manter uma boa relação com Nilo Peçanha, “voltou-se subitamente contra êle, estimulando Backer a guerrea-lo” (TINOCO, 1962).

Apesar das dificuldades, Nilo Peçanha chega ao Catete ainda em tempo de ver o companheiro de governo com vida, porém “recebem-no, com uma frieza que se aproxima do desprezo” (SILVA, 1983). Em 14 de junho de 1909, devido a um “traumatismo moral” (TINOCO, 1962) morre Afonso Pena, em decorrência de uma pneumonia.

Capítulo 3 - Da presidência, 1909-1910, às eleições presidenciais de 1922 – a altivez do mulato

Celso Peçanha (1969) comenta sobre as dificuldades enfrentadas por Nilo para assumir o cargo, “teve que enfrentar, com astúcia e firmeza, a ameaça daqueles setores do govêrno moribundo, que se opunham à sua investidura constitucional, para o termino do mandato” comenta o autor. Sobre o momento da transição, Isabel Lustosa observa:

O corpo do presidente foi velado na sala da capela. Na sala ao lado, discretamente festejava-se o novo presidente, Nilo Peçanha, o vice que, pela Constituição, seria automaticamente o sucessor de Afonso Pena até o final do mandato. (1955).

Nilo Procópio Peçanha chega então ao mais alto cargo político brasileiro, como um homem de oposição (PEÇANHA, 1969). Fugindo de um padrão, com apenas 41 anos de idade,

¹⁰ Palacete: Construído em 1860, para servir de residência do médico dr. José Martins Rocha, no antigo bairro de São Domingos, hoje Ingá. Quando o médico faleceu, a casa foi adquirida pelo conde de Agrolongo, empresário industrial português. Em 1904, o presidente da Cia. Cantareira e Viação Fluminense, visconde de Moraes, foi incumbido pelo governador Nilo Peçanha de comprar o prédio para abrigar a sede do governo fluminense que retornava de Petrópolis para Niterói. Nesta ocasião o edifício foi reformado e ampliado, adquirindo as feições atuais. Em 1975, com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a sede do governo estadual foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro e o Palácio do Ingá passou a abrigar o Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro.

ao longo de um século de vida republicana, foi o presidente mais jovem a assumir o cargo, até a posse de Fernando Collor em 1990, que assumiu com apenas 40 anos (VIZEU, 2019). Adota o lema “Paz e amor” (Anexo C) para os seus 17 meses de presidência (LUSTOSA, 1955)”. Sim paz e amor, porque onde existe afeto, existe compreensão” (TINOCO, 1962), afirmava Nilo Peçanha quando interrogado por jornalistas quais as vigas mestras de seu governo (ibidem). Quanto a isso, Celso Peçanha (1969) comenta “a paz, seus adversários não lhe deram. Alguns amigos, também. Procurou disseminar o amor pelo próximo e pelo Brasil, a solidariedade entre os homens e entre as nações”. O princípio ficou tão famoso que em 25 de abril de 1910, estreou no Cinematógrafo Rio Branco, o filme intitulado *Paz e amor*¹¹ ressalva LUSTOSA (1955).

No mesmo dia da posse, Nilo reúne-se com os ministros e afirma que vai mantê-los pelo menos até o encerramento do luto oficial (SILVA, 1983), é rejeitado por orgulho pela maioria, comenta Tinoco (1962). “Uns, por animosidade; outros, pela certeza de que não prosseguirão no mistério por muitos dias” (TINOCO, 1962), O Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, e o Almirante Alexandrino de Alencar, titular da marinha, são os únicos a demonstrar total apoio a Nilo Peçanha, neste momento de crise. Desse modo foram os únicos que permaneceram no cargo, os demais “Nilo seleciona a dedo [...], sem atender a considerações de ordem política ou afetiva.” (PEÇANHA, 1969). Quanto às diretrizes governamentais do novo presidente, Peçanha registra:

Seu govêrno, contudo, não mudaria a obra administrativa e a orientação econômica e financeira do seu antecessor. A diferença estaria no trato das questões políticas e, em particular, da campanha presidencial. (1969)

Neste momento, Nilo, enquanto ocupa o cargo de presidente da república, é alvo de inúmeras críticas. Hélio Silva (1983) chega a afirmar que “Nilo Peçanha foi o presidente mais insultado do Brasil”. Um dos grandes motivos para tantos insultos foi o paradoxo na defesa de Nilo à Hermes da Fonseca em meio a campanha civilista¹² liderada por Rui Barbosa (TINOCO,

¹¹ "Crítica aos acontecimentos da campanha civilista, aos donos da política nacional e aos costumes do Rio de Janeiro. "O título dizia respeito ao Presidente Nilo Peçanha, que, ao assumir o governo, teria declarado aos repórteres: 'Farei um governo de paz e amor...' Os nomes das personagens principais encobriram figuras conhecidas no cenário político e social do Rio de Janeiro: Olin I era Nilo às avessas; Mussi Baboseira, o poeta-profeta Múcio Teixeira; Fifi, o cronista Figueiredo Pimentel; Compadre Xícara, o Pires Ferreira; Pajé Acioli, o Governador do Ceará Dr. Nogueira Acioli, chamado o 'morubixaba-mor dos famintos do Nordeste'... O orador do povo, não podia deixar de ser Rafael Pinheiro; o correio santificado, o angélico diretor dos Correios, Inácio Costa; os candidatos, Rui Barbosa e Marechal Hermes. A figura central do filme era Tibúrcio da Anunciação, criação literária da revista Careta, onde comentava semanalmente os eventos principais por intermédio das 'Cartas de um Matuto'. Em outro quadro, aparece a embaixada chinesa do Rio de Janeiro". (cinemateca brasileira acesso: fevereiro2022.<http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=000980&format=detailed.pft>)

¹² Expressão criada para designar a campanha de Rui Barbosa nas eleições presidenciais de 1910. Mais do que lembrar o fato de que Rui era um jurista, a expressão deixava claro que Rui representava a opção civil à candidatura militar do marechal Hermes da Fonseca (VELASCO, 2014)

1962). Sobre o posicionamento de Nilo em relação à sua sucessão, Peçanha identifica a coerência do presidente:

Se não admitira que Rodrigues Alves ou Afonso Pena interferissem no problema sucessório, atacando-os por isso, não iria êle, investido na Presidência da República, enveredar pelo mesmo caminho de prevaricação, traíndo aqueles princípios que, zelosamente, defendera (1969).

Decido a não cometer o mesmo erro de Afonso Pena, Nilo ficou imparcial “deu as costas a tudo. Mandou a política às urtigas e decidiu-se a trabalhar” (SILVA, 1983). Neste momento percebe-se a instabilidade do discurso nos jornais quando se referem à Nilo “quase tôda a imprensa brasileira, inclusive a dos arraiais oposicionista, confessou, com encômios, que o campista se dispusera a governar por si mesmo e a pacificar a família republicana.” (TINOCO, 1962).

Outro problema que Nilo tinha que lidar estava dentro de sua casa. Sua esposa Anita se mantém sempre ao seu lado e não deixa de evidenciar sua opinião sobre o governo de seu esposo. “Anita acalmava-se. O marido justificava tudo. Forjava respostas para tudo.” (TINOCO, 1962). Era Anita quem via o lado mais íntimo de Peçanha. Tinoco (1962) comenta sobre as várias vezes que Nilo chorou diante da primeira-dama enquanto tentava “abolir tudo que tivesse sequer aparência de privilégio”. Mesmo com o tanto de coisa que acontecia naquele momento, Nilo sempre se demonstrou extremamente ligado à família. Convida seu pai para passar uns dias com ele no Catete. Sebastião orgulhoso do filho “embora desconcertado, respirava felicidade” (TINOCO, 1962).

Brigido Tinoco (1962) nos revela características importantes de Nilo e de seu governo quando, por exemplo, expõe a proximidade de Nilo com o povo que “chamavam-no de o democratíssimo Nilo” e argumenta que o período de Nilo na presidência foi “o primeiro governo popular do Brasil”. Nilo faz uso do curto tempo que tinha para dar continuidade a questões administrativas como citado anteriormente. Cita-se, ilustrativamente, algumas das ações empreendidas: As expedições de Cândido Rondon para contatar aldeias indígenas e conectar o país inteiro com o telégrafo. Também criou o ministério da Agricultura e, como era de seu costume, incentivou a educação numa época em que o trabalho infantil em fábricas e manufaturas era bastante comum (VIZEU, 2019). Celso Peçanha (1969) destaca dois episódios que para ele, exemplificam o espírito democrático de Nilo Peçanha: a intervenção no

Amazonas¹³ e o caso conhecido como primavera de sangue¹⁴. De acordo com Peçanha, é em 1910 que o Brasil alcança um impulso nunca sentido na economia: o capital investido na indústria de 12,4% para 18,5%. Havia a esse tempo cerca de 3.424 empresas no País” (PEÇANHA, 1969).

No momento em que Hermes da Fonseca é eleito e reconhecido, a imprensa e a oposição vêm novamente a oportunidade de atacar Nilo Peçanha (SILVA, 1983). De acordo com Tinoco,

Não pouparam Nilo nem depois das eleições. Rui vencido, contesta durante meses a validade do pleito. Em discurso no Senado, não mede a extensão da injustiça, quando assegura: Nunca houve tão monstruosa, tão acintosa, tão escandalosa intervenção nessa eleição. (TINOCO, 1962)

Após a posse de Hermes da Fonseca, o *oficialismo* respira (TINOCO, 1962) e Nilo se retira do Catete entre aplausos (SILVA, 1983). Os elogios não paravam de chegar "ninguém fez muito em tão pouco tempo, afirmava [Leopoldo] de Bulhões” (SILVA, 1983). Todos os elogios se davam em decorrência de suas realizações em um contexto difícil, como reporta Tinoco:

A despeito de enfrentar, em condições desfavoráveis, oposição virulenta, Nilo realizou um dos mais eficazes governos da República em dezessete meses. Um de seus primeiros atos foi a instalação do ministério da Agricultura. Desarticulada a lavoura, o País sangrava em sua economia. As atividades da pecuária não possuíam sistematização. No entanto, desmantelada a rotina, criadores e lavradores reanimaram-se. Nilo implantou o serviço de inspeção agrícola, criou a diretoria de indústria animal, o ensino agrônômico, postos zootécnicos, aprendizados agrícolas, estações experimentais para cana-de-açúcar, o serviço de veterinária, o de distribuição de plantas e sementes, o registro de marcas para animais, bem como a diretoria de Meteorologia e Astronomia. Além disso reorganizou a Junta Comercial, o Jardim Botânico e o Museu Nacional, o serviço geológico, a biblioteca do Ministério, matadouros modelos e

¹³ No intuito de apoiar o presidente Antônio Bittencourt, de tendências civilistas, que havia sido destituído pelo seu vice Sá Peixoto, com o apoio de Pinheiro Machado. Esse episódio levou ao rompimento definitivo de Nilo Peçanha com o influente líder do Partido Republicano Conservador, o gaúcho Pinheiro Machado. (arquivo nacional).

¹⁴ Em setembro de 1909, a cidade do Rio de Janeiro foi marcada por um emblemático acontecimento: a Primavera de Sangue. Em países vizinhos como Argentina e Chile, tradicionalmente, o início da estação do ano conhecida como Primavera era celebrada por estudantes que costumavam realizar atividades ao ar livre sendo o piquenique uma das mais representativas. Todavia, a alegria e o colorido esperados foram substituídos pelo sangue e pela dor motivada pelas mortes dos estudantes José de Araújo Guimarães – aluno do primeiro ano de Medicina que tinha 17 anos e ocupava o cargo de 2º secretário do Centro Acadêmico – e Francisco Ribeiro Junqueira que ainda foi transportado com vida para a Santa Casa de Misericórdia onde veio a falecer devido um ferimento no peito. Na ocasião, o desfecho trágico com vítimas fatais ecoou pela cidade agitando a imprensa, mobilizando as autoridades públicas e a população em geral. (BORGES, 2021)

entrepósitos frigoríficos; instituiu prêmios para a exportação de frutas nacionais, importou reprodutores, inaugurou exposições de gado, modelou o serviço de proteção aos índios e fundou magníficas escolas profissionais, que foram desde logo freqüentadas por centenas de alunos. Nilo vinculou o indivíduo ao Estado, amparando-o enriqueceu de novos subsídios a pedagogia nacional. Plasmou, mesmo um capítulo inédito, e só as atividades nesse setor bastariam para realçar uma administração. (TINOCO, 1962).

Celso Peçanha engrandece a presidência do tio e considera que foram dezessete meses intensos para toda a República, e os interesses de Nilo alcançava todas as partes da sociedade. Após a saída da presidência, Nilo fica um tempo longe da política (VIZEU, 2019). “Eis-me um simples cidadão desempregado” (TINOCO, 1962) comentava com os amigos depois de sua retirada do palácio do Catete. Após as formalidades de posse de Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha volta a Campos - “cheguei à terra abençoada” escreve à sua esposa Anita (TINOCO, 1996). Logo em seguida, o ex-presidente e sua esposa fazem uma longa viagem por toda a Europa - “fortaleceu ainda mais as convicções democráticas e reformistas” (PEÇANHA, 1969). Tinoco (1962) também comenta os encantamentos de Nilo com a Itália, Suíça, Portugal, França e Alemanha. Passa pela Áustria e pela Bélgica e por fim Inglaterra. Ao retornar Nilo escreve um livro - *impressões da Europa*, e neste demonstra sua sensibilidade para transformações sociais sentidas nos novos tempos (PEÇANHA, 1969).

Nilo fica de luto, com a morte de seu amigo e mestre Quintino Bocaiúva. O ex-presidente retorna à tribuna do Senado para despedir-se deste “ressoa, trêmula, sua voz. É visível a angústia, ao falar do antigo protetor e austero homem de Estado” (TINOCO, 1982). Ainda influenciado pela sua viagem pela Europa, e fortemente ligado às suas origens, Nilo aspira por uma *Reforma Agrária* (PEÇANHA, 1969). Nesse sentido, expressa-se nos seguintes termos:

... Enquanto que o êxodo dos campos por tôda parte [...] toma proporções assustadoras e que se exprime na Alemanha pela redução de metade de sua população rural em 40 anos e na Inglaterra pela redução de sua zona cultivável a quatorze milhões de hectares produzindo apenas um têrço do que consome o país, na França o fenômeno não tem essa gravidade porque, entre os grandes e melhores frutos da revolução de 89, ficou instituída a pequena propriedade rural, e só a ela pede o país o sustento dos seus filhos e os elementos vitais da indústria. (NILO PEÇANHA, 1912 apud PEÇANHA, 1969)

Nilo não deixou de ser um grande articulador político. “O tempo passou, e o homem que havia dançado conforme a música do pacto oligárquico quando ocupou a presidência se transfigurou em crítico desse mesmo sistema viciado” (VIZEU, 2019). O campo político volta

a articular o lançamento de Nilo como candidato para o governo fluminense, “contra a ação conjugada de dois governos, e do Estado e o da União.” (TINOCO, 1962). Tinoco ainda ressalta o crescimento de Nilo em meio a adversidades. “Nilo virou um mártir” (TINOCO, 1962). Fica ainda mais popular quando se volta para o interior do país “inaugurava, um novo estilo de política no Estado do Rio; o mesmo que em 1921 reproduziria em escala nacional: falara diretamente ao eleitorado, percorrer, palmo a palmo, légua e léguas para levar a sua mensagem de civismo ao seio do povo.” (PEÇANHA, 1969). Em Petrópolis encontra o amigo Leopoldo de Bulhões que o elogia e comenta:

V. Ex^a deve estar desvanecido, orgulhoso, pela iniciativa nobre, digna, de reagir contra os abusos, as invenções de poder, o viciamento das instituições. No pleito, não está em jôgo o prestígio pessoal de um chefe, a sorte de um partido regional -- e, sim, a causa democrática, o interesse da federação, a vida da República. (TINOCO, 1962)

Vence! Celso Peçanha comenta que o agora presidente do Estado do Rio de Janeiro vence a luta contra a coligação das oligarquias e vai além ao afirmar que a grande diferença de Nilo Peçanha para com os outros candidatos é a de que “não pedia votos. Mobilizava as correntes de opinião contra a violação da autonomia estadual e o esbulho que ameaçava a prática republicana [...]. E êste era o segredo do seu sucesso.” (PEÇANHA, 1969). Nilo ainda teria dificuldades para assumir o poder, embora eleito pelo povo, o campo político insistia no caminho da ilegalidade (PEÇANHA, 1969). Foi necessário um habeas corpus advindo do Supremo Tribunal Federal, uma revolta do povo e dos sargentos para Nilo assumir o cargo em segurança (TINOCO, 1962). De acordo com Celso Peçanha (1969) foi preciso recorrer à intervenção direta das massas populares para assegurar o funcionamento real da democracia.

Um de seus primeiros compromissos como chefe do Estado do Rio de Janeiro é a visita ao então presidente da república Venceslau Brás que o recebe e prontamente o pergunta “-- então seu Nilo, que movimento foi aquêle no seu Estado, com bombeiros e soldados de polícia promovendo barulho !?” Nilo prontamente o responde dizendo “-- É que eles leram também o acórdão”, os dois caem na risada (TINOCO, 1962). Em 1914, o Estado do Rio de Janeiro não era muito diferente do que Nilo se deparou em 1903, ano em que assumiu o Estado pela primeira vez. A economia estava em crise e as finanças que havia recuperado estavam com problemas novamente (PEÇANHA, 1969). Nilo retoma a política de primeiro arrumar a casa e volta a pagar funcionários públicos em dia. Na economia, resgata o estímulo à produção agrícola e a

industrialização. (SILVA, 1983). Entre o meio rural e o urbano, Nilo externa suas prioridades nos seguintes termos:

O primeiro dever do Estado, antes de cuidar das cidades, é cuidar dos campos, promovendo meios de desenvolvê-los, educar as populações, abrir caminhos, favorecer transportes, defender a produção e aumentar a riqueza pública, cuja prosperidade os centros populosos refletirão depois. Nada justifica pedir dinheiro emprestado para gastá-lo em cidades, quando, em volta delas, as terras estão em abandono, a lavoura empobrecida a reclamar auxílios para trabalhar e produzir. (PEÇANHA, 1917 apud PEÇANHA, 1969)

As medidas salvadoras de Nilo Peçanha ganharam popularidade tanto no Brasil quanto internacionalmente. “A nação saúda-o como estadista milagroso. Na Europa, o *Times* ocupa-se de seu descortino financeiro, derramando-lhe louvores.” (TINOCO, 1962). Em dois anos o Estado já estava com um aspecto diferente. A Primeira Guerra Mundial atrapalha novamente os planos de Nilo Peçanha, no dia 05 de maio de 1917 é nomeado chanceler e deixa outra vez o governo do Estado do Rio sem completar o mandato (PEÇANHA, 1969).

Nilo assume o Ministério das Relações Exteriores em um período muito difícil e apesar da defesa do princípio da neutralidade do país, Nilo teve que apoiar um lado, e suspende as relações comerciais com a Alemanha (TINOCO, 1962). No Itamaraty, além de resoluções exteriores ao palácio, o chanceler viabiliza uma verdadeira revolução dentro do órgão, ao admitir pela primeira vez, que mulheres ocupassem cargo público. “Não há na Constituição da República um dispositivo que impeça às mulheres o acesso aos cargos públicos, escreve” (PEÇANHA, 1969). Nilo sai do ministério aos 51 anos, não aceita nenhuma função política depois do Itamaraty, afirma Tinoco (1962). Estava cansado e “sente saudades do côro dos pássaros avolumando-se na mata” (TINOCO, 1962). Sai do palácio com místico respeito, comentam Tinoco (1962), Silva (1983) e Peçanha (1969).

Nilo desloca-se para seu sítio em Itaipava para descansar. O que não consegue fazer, comenta Peçanha (1969). A morte de Rodrigues Alves traz à tona novamente o problema sucessório na cadeira de Presidente da República. Decepcionado com os rumos da política no país, cansado e doente, Nilo retorna a Europa (PEÇANHA, 1969) “Partindo para a Europa, Nilo Peçanha não levava nenhum compromisso, nem deixara entendimentos de qualquer natureza sobre o problema da sucessão federal” (PEÇANHA, 1969). Ao passar por Portugal deixa fãs: “Era de um homem como êsse que precisávamos em Portugal, para endireitar aquilo.” Dizia um lusitano. (TINOCO, 1962).

Quando retorna ao país, Nilo encontra um país carregado de inquietudes e com desejo de renovação (PEÇANHA, 1969). O país fervia com as pressões sociais e políticas geradas pelo desenvolvimento econômico e pela mudança ocorridas no panorama internacional no pós-guerra. “O período subsequente à Grande Guerra é uma promessa de vida nova, de amplas oportunidades” (TINOCO, 1962) Uma multidão o aguardava na praça Mauá,

Todos querem ver e ouvir a personalidade mais atraente do País, o homem singular que conquistara, como nenhum outro, as simpatias da pobreza sofredora, pela magia da palavra, pelo sorriso franco, pela afabilidade de maneiras. Em contato, sempre com gente humilde, perscrutador permanente de alma tumultuosa das multidões, ninguém lhe disputa o lugar no coração do povo. Nas alturas do poder ou no ostracionismo ocasional, êle é sempre o político bem-amado. (ibidem)

Via-se pessoas de todas as classes sociais na multidão, funcionários do governo, tanto do executivo quanto do legislativo, alta patente do exército, estudantes, figuras diplomáticas e até mesmo uma banda (TINOCO, 1962). Todos aguardavam ansiosos o retorno de Peçanha. Uma longa caminhada foi feita e vários discursos em referência ao ex-presidente. Dentre eles, Tinoco (1962) destaca o do Dr. Rafael Pinheiro como o mais emocionante:

Bem-vindos sejais à terra natal e ao teatro de suas glórias coberto de esperanças, ó estadista emérito. Regressais com sol vigoroso, para clarear a treva do momento político da nossa pátria [...] sejais bem-vindo, Dr. Nilo Peçanha, o dever vos reclama para os ideais da Nação.

Em seguida o povo todo declara “Viva Nilo Peçanha, o futuro Presidente da República!” Nilo na tentativa de se desvencilhar responde: “Viva o Presidente Epitácio! Viva o Presidente de Minas Gerais!” (TINOCO, 1962).

A *Reação Republicana*¹⁵, coligação política em prol da candidatura de Nilo à presidência da República na eleição de 1º de março de 1922 e que de fato confrontou a Política dos Governadores implantada por Campos Sales e predominante no jogo político da Primeira República, estava mais eminente que nunca. Celso Peçanha (1969) destaca a proximidade que Nilo tem como político baiano José Joaquim Seabra, também conhecido como JJ Seabra, desde

¹⁵ “Movimento político eleitoral, criado para lançar a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República no pleito que ocorreria em 1º de março de 1922 e que representou, de fato, uma concorrência real e um desafio à Política dos Governadores implantada por Campos Sales e que predominou ao longo da Primeira República. Marieta de Moraes Ferreira. In Atlas Histórico do Brasil. FGV/CPEDOC, 2016 Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/reacao-republicana>

a sua formatura em Direito quando o escolheu como seu paraninfo e ainda compara os dois republicanos:

Convém ressaltar que, na campanha da Reação Republicana, se encontram e se uniram para a mesma jornada os dois homens públicos do Brasil mais ligados às massas naquele tempo, mais sensíveis às suas aspirações, republicanos históricos, profundamente democratas, e criadores de um novo estilo de política, na qual se dirigiam diretamente ao povo. As propriedades, que Nilo Peçanha possuía, jamais ultrapassaram os limites de uma fazendola e delas se desfez todas as vezes que precisou viajar. J. J. Seabra, quando morreu, não possuía mais que cem mil réis. Os dois pertencentes à classe média, tinham aquele senso de dignidade e de respeito pela coisa pública, que fazia da política um verdadeiro sacerdócio. (PEÇANHA, 1969, p. 118)

Após 25 anos do último encontro, J. J. Seabra e todos os que estavam tristes com os rumos que o regime tinha tomado, elegem Nilo Peçanha como representante de uma campanha revolucionária (PEÇANHA, 1969). Nilo Peçanha definiu a Reação Republicana como um movimento “de defesa dos princípios republicanos”, organizado para que as decisões políticas nacionais saiam do terreno das convergências regionais para horizontes mais iluminados de crítica e liberdade, e que do choque das ideias postas a serviço da emancipação política dos estados se possa caminhar para a formação de partidos que serão a alma da República. Partindo desse ponto, Nilo aprofundava as críticas ao funcionamento do regime federalista, que beneficiava os grandes estados em detrimento dos demais, chamava a atenção para a importância da institucionalização dos partidos e já anunciava suas preocupações com a situação de desprestígio que vinham enfrentando os militares (FERREIRA, 2016).

A viagem de Nilo à Europa o auxiliou para a ampliação de seu olhar para os problemas nacionais. Sempre foi um propagandista republicano como comenta Tinoco (1962) e agora sonhava ainda mais com a prosperidade econômica do país à sombra de um regime mais democrático. Nilo Peçanha e J. J. Seabra formariam a chapa para disputar as eleições contra Artur Bernardes e Urbano Santos. Amigos de longa data, Artur escreve a Nilo:

Mais valendo exemplos do que palavras, devemos, com fatos, levantar no espírito público a crença de que nem tudo está ainda perdido entre nós, como erroneamente o fazem crer os cépticos dos homens e do régimen. Instituição nova no Brasil, a República honra de pagar à experiência o seu tributo, fatal, de erros e desatinos próprios de sua primeira idade. Há de, porém, ter dias de serena e feliz tranquilidade. O que é indispensável é

formarmos uma geração nova de moços de fé e de seus ideais, que possam, no futuro, substituir os estadistas que ora respondem pelos destinos da pátria. Cria-me sempre grato e velho amigo.” (TINOCO, 1962)

Peçanha e Seabra elaboraram um programa de campanha inovador para o Brasil da época. “Nilo não admitia que uma batalha eleitoral se limitasse à simples leitura de plataformas em banquetes oficiais” (ibidem). A campanha foi feita principalmente pelo interior do país, “a Amazônia lendária e o nordeste comburido, ambos esbulhados no campo político pela pressão dos estados poderosos, careciam de ser alertados, em proveito de seus destinos”, “seus discursos vão estremecer o Brasil de ponta a ponta, pelo realismo de seu conteúdo.” – Assevera Tinoco. Baseando-se em seus governos anteriores, Nilo pregava o protecionismo estatal e ressaltava sua teoria de que a solução para o país estaria “certamente, na defesa agrícola, que deverá acompanhar, senão preceder, a defesa fabril” (PEÇANHA, 1969). Nilo Peçanha falava com autoridade e utilizava seus mandatos como propaganda. Já doente, depositava nesta campanha as melhores energias. “Vou, talvez, dar a esse empreendimento as minhas últimas energias; mas nutro a convicção de que não o farei inutilmente. Tudo me autoriza a acreditar, sem erro possível, que terá brilhante coroamento a nossa iniciativa” (PEÇANHA apud TINOCO, 1962), “depois restar-lhe-iam apenas dissabores, atitudes heróicas de paladino e uma despedida do mundo repleta de aflições. Mas seriam as páginas mais gloriosas da sua existência.” (PEÇANHA, 1969). Nilo Peçanha junto a Seabra fazem uma grande campanha por todo o país e quando retornam ao Rio de Janeiro, percebem o tamanho do feito:

O regresso de Nilo ao Rio, constitui cena indescritível, a que jamais se assistiu no País. Era o turbilhão humano, em pleno desfôgo da alma. “Cenário inédito, sensação rara” -- diz o *Correio da manhã*. E *O Imparcial*, do mesmo dia: “Foi a maior apoteose que já recebeu um homem até hoje no nosso País”, adiantando, ao concluir: “O Norte saudou-o como o candidato da sua esperança; o Rio numa multidão de trezentas mil pessoas, recebeu-o como um semi-deus. ” Era o cume da carreira, o apogeu da fama. (TINOCO, 1962)

Desde o início, Nilo Peçanha já se preparava para as dificuldades. O povo estava entusiasmado com o plano de governo “porque correspondia às suas prementes necessidades históricas” (PEÇANHA, 1969). Necessidades estas contrárias aos interesses de grupos dominantes. E o candidato à presidência, habituado ao cenário político, sabia que estes não entregariam facilmente o poder. As eleições são realizadas em 1º de março de 1922, a vitória de Nilo era aguardada. “No Rio, sua votação fôra mais de 70% superior à de Artur Bernardes. No Pará, em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul, os resultados lhe davam esmagadora

vitória sobre seu adversário.” (ibidem). As previsões de Nilo Peçanha estavam certas e o Congresso reconhece Artur Bernardes como vencedor. Tinoco descreve o cenário que se desenhou:

Seguiram-se os protestos. Os elementos de Nilo e os militares de Hermes, em associação híbrida, irmanaram-se ante o possível esbulho. Guarnições de vários estados ensaiavam insubordinações. No Maranhão, o presidente foi deposto, embora durante poucas horas, por oficiais de São Luís. Nilo contesta a lisura do Congresso e pede um *tribunal de honra* para exame dos votos. (TINOCO, 1962)

Isabel Lustosa (1955) atribui a permanência de Artur Bernardes no cargo da presidência ao estado de sítio em que o país se manteve por todo seu mandato. Epiácio Pessoa censurou apoiadores de Nilo que tentavam apoiá-lo (TINOCO, 1962). Censura esta que prendeu Hermes da Fonseca e compôs a gama de fatores que desencadearam a Rebelião dos Tenentes do Forte de Copacabana em 1922. Adeptos da Reação fogem diante de toda ação do Governo e Nilo acaba ficando sozinho, comenta Brígido Tinoco (1962). Aos 55 anos de idade, Nilo volta a advogar para defender os tenentes. E para poucos amigos que se preocupavam com ele, Nilo, respondia “Nada perdemos, semeamos” (TINOCO, 1962). Na véspera da posse de Bernardes, Nilo declara “eu, pelo menos, não me renderei; e hei de manter essa atitude, isolado que fique, destinando os poucos anos que me restam de vida à obra da regeneração da República” (TINOCO, 1962).

O ex-presidente e candidato da Reação Republicana vive novamente uma fase de sofrimento e desencanto. Nilo é requerido pelo exército para dar satisfações de uma denúncia anônima o acusando de projetar um movimento militar contra o governo (PEÇANHA, 1969). O governo volta a atacá-lo, afrontando seu comportamento como homem público e Nilo se defende na Tribuna “se não me dão tréguas, também não as terá o governo. Só conversarei com o poder em termos constitucionais, à base da revogação do sítio e da intervenção do meu Estado” (ibidem). Tinoco reforça a informação sobre o sofrimento de Nilo e justifica: "sofria por vários motivos: pela doença, pela fuga dos correligionários, pela perseguição aos amigos, pela situação calamitosa do País. Era um falido da esperança” (TINOCO, 1962) E Artur Bernardes continuava sua busca por vingança (PEÇANHA, 1969).

Nilo melhora quando vai a Campos pela última vez. “O deputado João Guimarães [...] oferece-lhe uma casa para descansar” (TINOCO, 1962). É na sacada desta casa que Nilo se refere ao povo pela última vez: “Confiai em vosso futuro. O Brasil de ontem saiu das academias,

mas o Brasil de amanhã sairá das oficinas” (TINOCO, 1962). Quando regressa ao Rio de Janeiro, volta também seu problema de vesícula. Após a consulta com especialistas é estabelecida a necessidade de intervenção cirúrgica. Diante do prognóstico do estado de saúde do marido, Anita pronunciou-se: “sou contra a operação, mas faço-a por ti e pelo meu país” (ibidem). Na véspera de seu falecimento, Nilo volta-se para Anita novamente e confessa: "creio que o meu mal não tem cura, Anita. Mas irei daqui descansado. Você saberá honrar o meu nome, para que o sacrifício de minha vida não tenha sido em vão” (TINOCO, 1962). Como último pedido, Tinoco revela que Nilo requisitou um padre - “quero comungar-me e receber a extrema unção” e durante sua última confissão foi possível o ouvir dizendo: "Nunca odiei. Conscientemente, nunca fiz mal a ninguém.” O autor ainda observa que o conforto da religião o deixou mais calmo.

Às quatro horas da tarde do dia 31 de março de 1924, “a morte serenara aquela alma em chamas” (TINOCO, 1962). Peçanha (1969) adverte que sua morte reduziria ainda mais os ânimos dos revolucionários. Mesmo cansada de luto, Anita o defende: “Não aceito pêsames de um usurpador”, respondeu quando Morais Rêgo trouxe condolências do Presidente Bernardes (TINOCO, 1962). Tinoco contabiliza cinquenta mil pessoas acompanhando o funeral. “Morto, nós nunca o vimos tão vivo no coração dos brasileiros”, diria Moniz Sodré ao Senado (PEÇANHA, 1969).

Anita morreu dia 09 de abril de 1960, durante os 36 anos que viveu sem o marido, “tornou-se uma grande defensora da memória de Nilo. Comparecia às homenagens que lhe eram feitas e inaugurações de obras com o nome dele. Continuou sendo, em sua longa viuvez, a mulher apaixonada por seu companheiro.” (Guedes, 2019).

Com a proximidade do centenário de Nilo, em 1967, Brígido Tinoco lançou seu livro A vida de Nilo Peçanha, onde comenta a presença de Nilo e sua herança política na história nos seguintes termos:

Sente-se por toda parte a impressão sugestiva de sua presença, num estado de imortalidade, os que o conheceram de perto não contêm as lágrimas de saudade ao evocar-lhe a figura repleta de ternura humana. Os que mediram suas advertências e examinaram sua obra, vêem que suas ideias pioneiras germinaram e ainda orientam o Brasil. Os que pouco sabiam dele, hão de realçar-lhe a probidade e o profundo amor ao seu povo. De herói, os inimigos transformaram-no em mártir. Seu nome é símbolo de redenção e de justiça social. Em respeito às suas crenças, ergueram-se os paulistas no 5 de junho de 1924; inspirado em seu programa, o Brasil libertou-se de velhos sistemas de revolução vitorioso de 1930. Nilo tinha razão: nada perdeu, semeou...

Nilo Procópio Peçanha faleceu aos 56 anos e 5 meses. Na época a expectativa de vida do brasileiro era de 34,5 anos. Ao pesquisar sua trajetória política, identificou-se um traço marcante de sua personalidade - a altivez do mulato do Coco que, na década de 1920, ousou se contrapor ao esquema oligárquico da Política dos Governadores da Primeira República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, espera-se que os caminhos para o entendimento da vida de Nilo Procópio Peçanha a partir da perspectiva racial, tornem-se menos difusos. Constatou-se, ser notória a omissão feita por autores mais antigos, da raça do personagem. Apesar da mudança de posicionamento percebida no trato desse aspecto, comparando-a com a abordagem de autores mais recentes, identifica-se ainda, um posicionamento tímido ao expor a condição de mulato de Nilo.

Na análise do documento de João Batista Lacerda percebemos a mudança presente no olhar para a mestiçagem. Por vezes o autor a trata como um mal que justifica o atraso, em outras é tratada como um bem, uma vez que sinalizaria um caminho positivo e definitivo para o Brasil (Schwarz, 2011). O país vivenciava uma busca pela construção da sua identidade moderna e progressista. E o caminho escolhido foi a tentativa de esquecimento dos anos de escravidão com a crenças de que em poucas gerações o país seria embranquecido.

Em um texto publicado em 1991, Isabel Lustosa comenta sobre a participação de negros e mulatos na sociedade intelectual da primeira república e como o discurso branco dominante que é incorporado na sociedade pelo aval da ciência naturalizado. A autora (1991) cita intelectuais negros e mulatos que se esforçavam para receberem a aprovação branca e revela “[...] nestas disputas, onde a questão da cor aparece, nunca o negro assume uma atitude de valorização de sua etnia. Ao contrário, a negritude assim como a escravidão, é reconhecida como inferiorizante de fato”. E reitera “se no jovem Brasil Republicano era penoso ser mulato, qualidade difícil de ser assumida, era-o mais ainda ser negro”. É possível concluir com isto que a teoria de Lacerda, foi aplaudida na Europa, mas a realidade da sociedade brasileira era outra.

Neste meio, evidenciada como marca da diferença, a cor dos poucos negros que conseguiam ocupar um lugar na cena pública se superpõe a qualquer outra de suas características. Culto ou influente, com qualidades e defeitos, o negro é antes de tudo um negro e, se em destaque, fora do seu lugar. (LUSTOSA, 1991)

Lustosa revela que “os negros da “essência da brancura” como Patrocínio, Rebouças e mesmo Lima Barreto foram, ao seu tempo tidos como fenômenos isolados, quase aberrações

da natureza.” Incluindo Nilo Peçanha no argumento, já que estes personagens compartilhavam de vivências próximas estas afirmações reiteram que Nilo Peçanha percorreu caminhos difíceis e até sua posse como presidente sua condição social e racial e permaneciam em destaque. Esta historiadora observa:

No entanto o negro no pós abolição perdeu espaço, ficou a margem da nova sociedade. É apenas com Lima Barreto - um negro que escreve - que ele reaparece ocupando lugar de personagem - vida, cor e realidade dos subúrbios do Rio. (LUSTOSA, 1991)

Nesse sentido, conclui-se como destaque as seguintes considerações: Nilo Peçanha e seus contemporâneos mulatos viviam um grande paradoxo: o de que dentro do contexto social em que o Nilo estava, percebia-se o mulato como distante tanto do branco, logo, distante do ideal de progresso, quanto do negro, símbolo de depravação. E que sua ascensão à presidência tem muito a ver com a submissão de sua herança negra, assim como foi feito por diversos indivíduos da sua época, que apesar de estampado na sua fisionomia, negavam sua cor. Terminei este trabalho corroborando a afirmação de Brigido Tinoco: “ainda não deram à figura de Nilo as proporções que merece” (TINOCO, 1962).

FONTES

LACERDA, João Baptista. *Sur les Métis au Brésil*. Primeiro Congresso Universal das Raças. 1911. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/35>

NASCIMENTO, Abdias. *Pronunciamento: Retrospectiva da luta contra a discriminação racial no país*. 1991. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/88805>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvia Campanemas: Do (in)visível ao visível: o negro e “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. *Est.Hist.*, Rio de Janeiro, vol 26, n°52, p. 316-345, julho-dezembro de 2013

ARENDT, Hannah, 1906-1975. *Origens do totalitarismo: Hannah Arendt*; tradução roberto raposo. — São Paulo : Companhia das letras, 2012

BOMFIM, M. A América latina: males de origem [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Acesso em SciELO Books <https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. 2a ed. amp., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DE MORAES FERREIRA, Marieta. Reação Republicana. In: *Atlas Histórico do Brasil FGV*. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/reacao-republicana>, 2016

DE MORAES FERREIRA. A Reação republicana e a crise política nos anos 20. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 6, N. 11, 1993, p. 9-23.

FERREIRA, Elisangela Alves de Moraes. *Refletindo o conceito de miscigenação no Brasil*. Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza. *Todas as mulheres dos presidentes*. Rio de Janeiro. Editora Máquina de Livros LTDA 2019.

HOFBAUER, Andreas; MUNANGA, Kabengele. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. 1999. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

KLEMI, Albene Miriam Menezes. Intelectuais da Primeira República: a raça como problema nacional da modernidade do Brasil. In IAMASHITA, L. M. C. (Org.). *Nação e modernização no Brasil republicano – Narrativas plurais*. Brasília: Verbena Editora, 2016, pp. 89-141.

LUSTOSA, Isabel. Negro humor: A imagem do negro na tradição cultural brasileira. Revista USP. Março Abril Maio 1991 p. 161-170.

LUSTOSA, Isabel. Histórias de Presidentes: A república do Catete (2ª edição). Rio de Janeiro. Agir, 2008

NETO, Osvaldo Carneiro de Matos. Entre conceitos e contextos: João Baptista de Lacerda, as Teorias Raciais e o Debate Sobre Miscigenação no Início da República. *VII Congresso Internacional de História*. Unicentro. 2015. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1296.pdf>

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira de. *O mulato um obstáculo epistemológico*. Revista Mensal de Cultura Argumento. Ano 1 n3 jan. 1974. São Paulo.

PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1969.

PIRES, Aloildo Gomes. *Eleições presidenciais na Primeira República - Uma abordagem Estatística*. Salvador. Tipografia São Judas Tadeu, 1995

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo da Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. *Usos e Abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: Uma história das teorias raciais em finais do século XIX*. Afro-Ásia, 18. São Paulo p.77-101

SCHWARCZ. Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.225-242. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/wRVg8H99n65JLwhF9BMbHpF/?format=pdf&lang=pt>

SANTOS, Ricardo Ventura; SOUZA, Vanderlei Sebastião. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc, Hum., Belém,

v.7 n.3 set-dez 2012, p.745-760. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/LpSkSW9hyH6jXDXDdYn7k9w/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, Helio. *Os presidentes: Nilo Peçanha 7º Presidente do Brasil 1909-1910*. Rio de Janeiro. Grupo de Comunicação Três, 1983.

TINOCO, Brígido. *A vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1962.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982a

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982b.

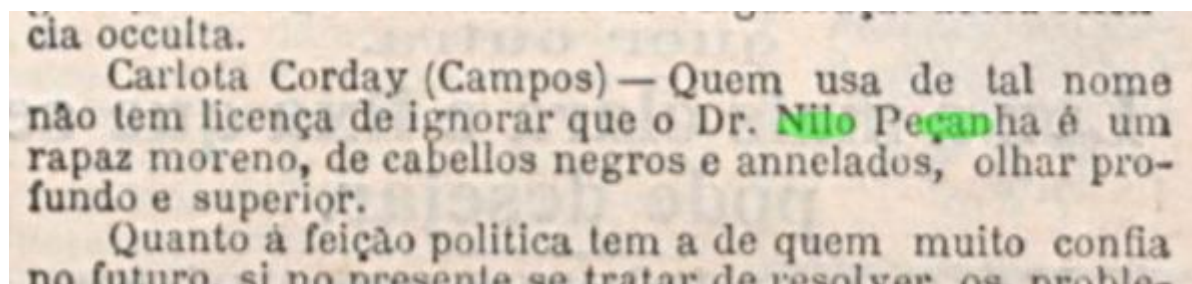
VISCARDI, Cláudia M. R. Processos eleitorais e democracia: o voto na Primeira República (Artigo). In: *Café História*. Publicado em 3 mai de 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/processos-eleitorais-e-democracia-o-voto-na-primeira-republica/>. ISSN: 2674-59.

VIZEU, Rodrigo. *Os presidentes. A história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Ser "moreno", ser "negro": memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862013000200008>, 2021.

ANEXOS

ANEXO A



(Revista O Malho (RJ) 1902-1953. Ano 1906, edição 0177. Disponível em: memoria.bn.br/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=Nilo%20Peçanha&pagfis=6644. Acesso: 4 ago 2021)

ANEXO B



Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 10 jan 2022.

ANEXO C



Revista O Malho (RJ) 1902-1953. Ano 1909. Edição 0354. Disponível em memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300pesq=Nilo%20Peçanha&pagfis=14272. Acesso em: 4 ago 2021

Declaração de Autenticidade

Eu, Poliane Jaiane Dias Rego Bezerra, portadora do CPF 013.411.371.-39 declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “**Nilo Peçanha, a trajetória política de um mulato na Primeira República 1889-1922**” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Em 11 de maio de 2022

Declaração de Autenticidade

Eu, Poliane Jaiane Dias Rego Bezerra, portadora do CPF 013.411.371.-39 declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado "**Nilo Peçanha, a trajetória política de um mulato na Primeira República 1889-1922**" foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Em 11 de maio de 2022

Poliane Jaiane Dias Rego Bezerra

1. IDENTIFICAÇÃO:

Autor: Poliane Jaiane Dias Rego Bezerra		
RG: 3029976 SESP DF	CPF: 013.411.371-39	E-mail: polianejaiane@gmail.com
Telefone:	Celular: (61) 962223682	Data de apresentação: 11/05/2022
Título: Nilo Peçanha, a trajetória política de um mulato na Primeira República 1889 - 1922		
Palavras-chave: NILO PEÇANHA; PRIMEIRA REPÚBLICA; RACIALIDADE; MISCIGENAÇÃO.		
Curso: História	Departamento: Departamento de História	
Tipo: <input checked="" type="checkbox"/> Graduação - Licenciatura () Graduação - Bacharelado <input type="checkbox"/> Graduação - Dupla Habilitação <input type="checkbox"/> Especialização		Orientador: Albene Miriam Menezes Klemi

2. INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO:

Liberação para disponibilização: <input checked="" type="checkbox"/> Total () Parcial ^{1,2,3,4}
Em caso de disponibilização parcial, especifique os capítulos a serem retidos:
Observações: ¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital do <u>trabalho de conclusão de curso completo</u> , mesmo em se tratando de disponibilização parcial. ² A solicitação de disponibilização parcial deve ser feita mediante justificativa lícita e assinada pelo orientador do trabalho, que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização. ³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização de disponibilização. Para a extensão desse prazo deve ser solicitada novamente junto à UnB-BCE. ⁴ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

3. LICENÇA:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA
Oferido autor:
a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade de Brasília os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.
Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade de Brasília, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.
LICENÇA DE DIREITO AUTORAL
Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM) a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do site bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 Internacional, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta.
A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Caso o autor opte por outra forma de licença, pedimos que entre em contato com o Setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID) da Biblioteca Central da UnB, no telefone 3107-2687.

Brasília _____ 11/05/22
 Local Data
 Poliane Jaiane Dias Rego Bezerra
 Assinado Autor